



UNIVERSIDADE BRASÍLIA  
FALCULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

WALDILENE SANTOS DO NASCIMENTO

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA  
INCLUSÃO E SUA MATERIALIZAÇÃO NA ESCOLA

Brasília – DF

2020

Waldilene Santos do Nascimento

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA  
INCLUSÃO E SUA MATERIALIZAÇÃO NA ESCOLA

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Professora Orientadora: Catarina de Almeida Santos

Brasília – DF

2020

Waldilene Santos do Nascimento

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA  
INCLUSÃO E SUA MATERIALIZAÇÃO NA ESCOLA

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dra. Catarina de Almeida Santos (UnB/FE)

Orientadora

---

Professora Dra. Andréia Mello Lacé (UnB/FE)

Examinadora

---

Professora Ms. Patrícia Silva Souza – SEEDF

Examinadora

---

Professora Dra. Danielle Xabregas Pamplona Nogueira (UnB/FE)

Suplente

Defesa em: 06 de março de 2020.

Local: Sala de reuniões 1, FE3, Campus Darcy Ribeiro

Universidade de Brasília

## DEDICATÓRIA

À minha querida família que tanto amo.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai que sempre me inspirou, me incentivou aos estudos.

À minha orientadora e professora Catarina de Almeida Santos que se dedicou ao meu trabalho valorizando o meu conhecimento e mostrando o importante papel de outros grandes autores da educação.

EPÍGRAFE

Quem ama educa!

Içami Tiba

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso intenciona apresentar os resultados da pesquisa que teve como norte a pergunta: como a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva se materializa na escola? Sendo assim, seu objetivo geral, a compreensão de implementação da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação. Um dos focos da referida política é a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, local onde se realiza atendimento educacional especializado para alunos com deficiências, transtornos de desenvolvimento, superdotação e altas habilidades. Assim, ao analisar a implementação da política, vamos observar se sua materialização está de acordo com as normas vigentes no que diz respeito à estrutura física, mobiliários e estratégias pedagógicas para desenvolver conhecimentos, habilidades e adaptação na vida escolar e diária do aluno. Esta pesquisa se desenvolveu por meio de observação de campo, entrevistas com profissionais da escola e do sistema de ensino, análise dos projetos e documentos disponíveis na instituição, análise dos documentos oficiais e base legal da política de educação especial na perspectiva da inclusão. A pesquisa foi embasada nas obras de Roberta Caio e Rosa Meneghetti, intitulada de Educação Especial (2004), e de Rosita Carvalho, Removendo Barreiras para a Aprendizagem (2019). Todos estes instrumentos e procedimentos auxiliaram na compreensão do objeto de pesquisa e na sua análise. Os resultados da pesquisa apontam que a educação é a base do nosso conhecimento, que as diferenças existem e devem ser respeitadas, que a inclusão é um direito de todos e que a implementação precisa sair do papel e fazer parte da vida escolar e/ou acadêmica de todo aluno.

**Palavras-chaves:** educação inclusiva, política de implementação, sala de recursos multifuncionais.

## ABSTRACT

This course conclusion work intends to present the results of the research that had as a guide the question: how the National Policy of Special Education, in the Perspective of Inclusive Education, materializes in the school? In that sense, its general objective is the understanding of implementation of the National Policy of Special Education, in the Perspective of Education. One of the focuses of the policy is the implementation of Multifunctional Resource Rooms, a place where specialized educational services are provided for students with disabilities, developmental disorders, giftedness and high abilities. Thus, when analyzing the implementation of the policy, we will observe if its materialization is in accordance with the current norms regarding the physical structure, furniture and pedagogical strategies to develop knowledge, skills and adaptation in the student's school and daily life. This research was developed through field observation, interviews with professionals that work at the school and the education system, analysis of projects and documents available in the institution, analysis of official documents and legal basis of the special education policy from the perspective of inclusion. The research was based on the works of Roberta Caio and Rosa Meneghetti, entitled *Educação Especial* (2004), and Rosita Carvalho, *Removendo Barreiras para a Aprendizagem* (2019). All these instruments and procedures were used as a way to understand the research object and in its analysis. The research results indicate that education is the basis of our knowledge, that differences exist and must be respected, that inclusion is a right for all, and that implementation needs to get off the paper and be part of school and/or academic life of every student.

**Keywords:** inclusive education, implementation politics, class of multifunction resources.



## LISTADE SIGLAS E ABREVIATURAS

Unieb	Unidade Regional de Educação Básica
CRE	Coordenação Regional de Ensino
UNIGEPE	Unidade Regional de Gestão de Pessoas
CEI	Centro de Educação Infantil
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança
TEA	Transtorno do Espectro Autista
SOE	Serviço de Orientação Educacional
SEM	Sala de Recursos Multifuncional
EAPE	Escola de Aperfeiçoamento Profissional de Educação
AEE	Atendimento Educacional Especializado
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
DI	Deficiência Intelectual
DMu	Deficiência Múltipla
EJA	Educação de Jovens e Adultos
SUS	Sistema Único de Saúde
LBA	Fundação Legião Brasileira de Assistência
CID	Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

## SUMÁRIO

MEMORIA.....	11
APRESENTAÇÃO.....	14
CAPÍTULO I:.....	17
INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA LUTA EM CONSTRUÇÃO	
CAPÍTULO II:.....	24
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
CAPÍTULO III:.....	30
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DE UM CASO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE.....	53
ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA	

## MEMORIAL

Falar do meu memorial, buscar detalhes da minha vida escolar e acadêmica será para mim um grande desafio. Tenho vagas lembranças do meu jardim de infância, minha primeira escola. Sair do convívio familiar e ingressar num ambiente diferente, misturado à outras crianças com os mesmos medos e anseios. Lembro-me da figura respeitosa da professora, pois naquela época a grande maioria eram profissionais mulheres. A postura da professora, firmeza e domínio nas palavras e a maneira como passava o conteúdo em sala de aula me causava uma grande admiração.

Mesmo passados longos anos, o Jardim de Infância não se diferencia da Educação Infantil, pois ambos ainda hoje possuem as mesmas atividades, como, brincar, cantar, pintar e dançar. Considerado uma das melhores fases da vida escolar, o Jardim de Infância me proporcionou momentos de bons aprendizados.

Frequentar o jardim de infância e posteriormente as séries iniciais, ensino médio, ginásio e universidade me trouxe como experiência, autonomia e o reconhecimento de pertencimento ao ambiente escolar, familiar e social.

Falarei da minha vida escolar no período entre 1982 e 1985, quando ingressei no ginásio cursando a quinta, sexta, sétima e oitava séries, período que me trouxe lembranças das grandes dificuldades por qual passei e que por esse motivo me levou a escrever o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Como a maioria dos alunos em sala de aula, sempre fui tímida e muito reservada e cultivava poucos amigos. Adorava estudar e com onze anos já sabia que o conhecimento era algo que ninguém poderia me tirar. Em casa repassava todas as matérias e tinha muita facilidade nas matérias de humanas. Era uma aluna que quase não falava em sala de aula, mas que se expressava com muita facilidade através do lápis e papel.

Mas algo me preocupava muito que era a minha grande dificuldade em aprender a matemática, minha professora era ótima tinha muita didática em ensinar, mas, apesar dos meus esforços em prestar atenção nas aulas, nas explicações dadas, nos exercícios realizados em sala e refeitos em casa, não conseguia compreender o sistema de contagem. Não conseguia realizar simples operações de subtração, divisão e na multiplicação memorizava toda a tabuada.

Conseguia alcançar média nas provas de matemática porque as questões eram as mesmas dos livros desenvolvidos em sala de aula, conseguia decorar textos com vinte linhas, mas a minha mente não sabia contar números. Não assimilava os dias da semana, os meses do ano, e quando a professora me perguntava sobre a resolução de equações, expressões e

problemas, a minha mente girava, tudo se apagava e a minha resposta sempre era a mesma, “não fiz”.

Hoje me pergunto: como com tamanha dificuldade passei despercebida pelas séries iniciais chegando até a quinta série? Era dispersa ao extremo e tinha grande dificuldade de aprendizado, tamanha a minha dificuldade que me causou grande constrangimento perante a minha turma ao ser chamada de “burra” pela professora de matemática por não saber resolver um problema na lousa. Naquele dia durante a aula não levantei a cabeça para mais nada.

Meus pais me ensinaram a ser obediente, educada sob qualquer circunstância e mesmo com onze anos e envergonhada perante meus colegas de sala era persistente e sabia que o estudo me ajudaria a sair da ignorância. E algo de muito bom aconteceu quando a professora de matemática observando o meu pouco desempenho me apresentou o meu novo professor de reforço, no horário contraturno, e que me ajudaria a entender finalmente a matemática.

A minha professora tão querida e inteligente não havia me esquecido, ela me teve um olhar acolhedor, percebeu a minha dificuldade e pôs em prática o meu desenvolvimento com aulas de um professor especializado. O professor de reforço me ajudou a desenvolver técnicas de raciocínio que utilizo até os dias atuais. Aprendi e compreendi as quatro operações, adição, subtração, multiplicação e divisão e desde então aquela nuvem escura deu lugar ao entendimento.

Foi cursando a primeira graduação em Administração de Empresas que tive a minha primeira oportunidade de lecionar como professora temporária para alunos do ensino fundamental. Durante esse período, me identifiquei como professora da educação infantil. Apesar de ter seguido a carreira administrativa, decidi cursar pedagogia na Universidade de Brasília como segunda graduação. Meu maior interesse foi na disciplina de educação inclusiva, onde tive a oportunidade de aprender sobre a inserção da criança com necessidades especiais no ambiente escolar.

Através do curso de Pedagogia e do trabalho como Educador Social Voluntário no Centro de Educação Infantil de Sobradinho, pude abordar no Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema é, a Política de Educação Especial na Perspectiva de Inclusão e buscar responder a seguinte questão: **Como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva se materializa na Escola?** Tenho a intenção de destacar a importância do olhar sensível e acolhedor de todos os professores e profissionais da escola para com todas as crianças e seus familiares para que se possa identificar as necessidades dos alunos e agir de maneira respeitosa no atendimento dessas crianças na sala de recursos, um ambiente de

valorização do eu e do outro, onde a criança é respeitada e aprende a respeitar, utilizando atividades lúdicas e planejadas no sentido de oferecer uma educação de qualidade.

## APRESENTAÇÃO

As escolas públicas de Educação Infantil de Sobradinho sempre tiveram o reconhecimento da comunidade e foram consideradas escolas de excelente qualidade. Como moradora e aluna da rede pública de ensino em Sobradinho, desde os seis anos de idade, tive a oportunidade de trilhar o caminho do ensino público infantil e receber todo o auxílio para o meu desenvolvimento intelectual e físico de forma igualitária e respeitosa dispensada à todas as crianças matriculadas na mesma instituição.

É fato que no meu período escolar que teve início em 1976, não havia em sala de aula comum crianças consideradas ou diagnosticadas como pessoas com deficiência, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024 de 1961, que fundamentou o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais”, quando definiu que “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.” (BRASIL, 1961)

É fato, também, que em se tratando de inclusão refiro-me à todas as crianças pertencentes à um ambiente escolar, que no primeiro e segundo período na educação infantil, necessitam de um acolhimento especial, por parte de toda a equipe escolar, desde a pedagoga até a equipe da portaria, cozinha, vigilância, limpeza, monitoria, psicóloga, orientadora educacional, vice-diretora e diretora.

De 1976 a 1988, frequentei quatro escolas públicas começando pelo Jardim de Infância até o término do segundo grau no Ginásio de Sobradinho, e durante todo esse período, pouco ou nenhum contato mantive com uma pessoa com deficiência e não se ouvia falar em sala de recursos e sua funcionalidade.

Foi na fase adulta e cursando pedagogia, também em universidade pública, que me interessei por desempenhar na prática todo o meu conhecimento teórico adquirido na Universidade através do Programa Educador Social Voluntário (ESV), da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

O trabalho teve início no dia 11 de fevereiro de 2019, na turma do 2º período, turno matutino, composta por 21 alunos com faixa etária entre cinco e seis anos de idade. As minhas atividades consistiam em auxiliar, com supervisão da professora da classe, uma criança diagnosticada com transtornos globais não especificados e outra criança, também com cinco anos de idade, com deficiência física, que não a impedia de locomover-se.

Através do trabalho de monitoria percebi a importância da inclusão da criança com deficiência na sala de ensino regular, pois a interação com as outras crianças proporcionam à

criança especial a valorização de si mesma, trabalhando a sua estima, motivação, percebendo-se como uma pessoa que deve ser respeitada não só pela sua deficiência, mas por se tratar de um ser humano.

Apesar de estar em uma sala de aula comum, o que mais me chamou atenção foi o tamanho da sala de recursos multifuncional, pois o espaço não tinha janelas e me parecia apertado para acolhimento das crianças e alocação de materiais pedagógicos utilizados. Comportaria no máximo a professora e um aluno, ambiente reservado para pelo menos duas crianças por atendimento. As salas de recursos multifuncionais é um espaço organizado com materiais e mobiliários adaptados para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

Não me cabe aqui apontar falhas ou defeitos em relação as dificuldades da escola e sim aprender com o esforço de todos os profissionais para melhoria e qualidade do ensino, criando novas oportunidades para atender um maior número de crianças com ou sem deficiência.

A proposta do trabalho foi observar a realidade da escola e buscar, por meio da pesquisa, o máximo de informações que visando a descoberta de novos conhecimentos sobre a Implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e se de fato essa Política se materializa na escola.

O trabalho de observação e pesquisa foi realizado no Centro de Educação Infantil de Sobradinho, Distrito Federal. Uma escola que no ano de 2018, conforme o Projeto Político Pedagógico, teve 251 alunos no total, sendo 13 portadores de alguma deficiência comprovada por laudo médico, com dois espaços físicos para recebê-los, Sala de Recursos Multifuncional e Sala Especial, além das salas comuns. Oferecendo para os alunos deficientes, que possui laudo médico uma professora de apoio, para dar um amparo mais especializado em busca de um melhor desenvolvimento.

O presente trabalho possui três capítulos. O capítulo I traz o conceito de inclusão e exclusão e de educação inclusiva. Conceitos que se misturam e se diferenciam quando aplicados na vida prática do alunado. A inclusão e exclusão são posições de pertencimento e não pertencimento ao ambiente escolar, espaço criado para se socializar, interagir e aprender. Um ambiente de acolhimento, aprendizagem e interação entre alunos, mas onde ainda existe o “ser negado” por ter deficiência auditiva, mental, visual, motora ou física, considerados especiais por agir diferente, pensar diferente de outros alunos. O capítulo também, traz o conceito de educação inclusiva que é a luta pela integração, pela diversidade, pelo respeito e o direito de

vivenciar o aprendizado através de atividades lúdicas, ensinadas pelas professoras em sala de aula e ambientes de lazer como parque de recreação dentro da escola.

No capítulo II, será abordado resumidamente a história da educação inclusiva, os documentos legais que orientam as ações das políticas públicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que fala da obrigatoriedade dos pais em matricular seus filhos na escola, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional que assegura métodos, recursos e organização para atender as necessidades dos estudantes e do Plano Nacional de Educação (PNE) que trata da formação de professores e implantação da sala de recursos.

No capítulo III faremos uma análise de como as políticas públicas são implementadas na escola de Educação Infantil. As características da escola, sua estrutura, quem são os profissionais e o que cada um realiza, o que as políticas públicas têm valorizado no âmbito escolar e uma entrevista com algumas profissionais da escola e do sistema de ensino, sobre os recursos disponibilizados para um ensino de qualidade.

Todo o trabalho teve por base a observação dentro da escola, o detalhamento do ambiente, como o espaço, a localização, a distribuição de funcionários, os horários, a interação dos envolvidos, a hierarquia, os recursos, o planejamento e pesquisas embasada no Currículo em Movimento do Distrito Federal, Educação Infantil, do Projeto Político Pedagógico de 2018, da própria escola, pesquisas em documento orientador do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão e Diretoria de Políticas de Educação Especial, além de recursos como a internet em pesquisas em artigos e revistas da educação.



# INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA LUTA EM CONSTRUÇÃO

## **Inclusão e exclusão: os dois lados da moeda**

Este capítulo introduz e explica o significado das palavras Inclusão e Exclusão para abordar o conceito de Escola Inclusiva e sua adequação para atender as crianças com necessidades educativas especiais. Muitos autores como, Rosita Edler Carvalho, Roberta Gaio e Rosa G. Krob Meneghetti, conceituam Escola Inclusiva em livros específicos sobre a Educação Especial dentro das escolas. Um assunto que vem tomando espaço na sociedade e vem sendo debatido cada vez mais entre profissionais de diversas áreas, como professores, médicos, psicólogos e psiquiatras. A tecnologia também, tem contribuído para levar ao conhecimento de todos, que as pessoas com deficiência devem ser tratadas com igualdade e com respeito. O site do Ministério da Educação, página aberta à toda sociedade brasileira é voltada para o público da Educação e disponibiliza informações da área de Educação Especial.

Inclusão e exclusão, apesar de conceitos opostos, parecem andar juntos. Assim, falar de inclusão, nos leva quase que obrigatoriamente pensar no seu oposto: a exclusão. A exclusão, segundo Sawaia (2008, p.9), se faz:

Pelas imagens adquiridas ao longo de um processo histórico e social do sistema educativo, que, paternalista e assistencialistamente, perpetuou episódios de fracasso escolar nas crianças de classes populares, perpassados em estigmas e estereótipos de carência cultural, de déficit de inteligência, de deficiência intelectual e das dificuldades de aprendizagem, passados pelo imaginário social e individual. "O pobre é constantemente incluído, por mediações de diferentes ordens, no nós que o excluí, gerando o sentimento de culpa individual pela exclusão".

Vivemos numa sociedade excludente porque pertencemos à ambientes que também excluem, como as escolas, faculdades, templos religiosos, ambientes de trabalho e lazer. Em muitos casos a exclusão acontece porque as diferenças não são aceitas. Entendo que para além de aceitas, as diferenças devem ser respeitadas. Foi por determinação legal que as pessoas com deficiência tiveram lugar nas escolas, lutaram por mais recursos dentro de sala de aula e mais profissionais para atendimento especializado.

Segundo o dicionário Aurélio, a exclusão é o "ato de excluir (-se)". Para (SANTOS, 2012, p. 220), "a exclusão é um processo que atinge todas as camadas sociais, porém, com maior intensidade a camada popular". Buarque (1993) acredita que a exclusão "é um processo,

no qual o ser é posto à parte, é apartado, separado do gênero humano. Assim, a exclusão é um processo cruel de apartar pessoas consideradas desqualificadas para a sociedade”.

Boneti (1988, p. 15) aponta que:

[...] excluir significa expulsar do mundo dominante, significa, literalmente, pôr para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais, é não apenas marginalizar e sim desconsiderar a existência humana. Excluir significa criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer.

Embora alguns grupos estejam mais vulneráveis e sujeitos ao processo de exclusão, essa também pode ocorrer com pessoas de diferentes cores, raças, idades, gêneros e religiões. No entanto é preciso ressaltar que no Brasil, grupos compostos por negros, mulheres, pessoas de baixa renda, pessoas com deficiência e de orientação sexual fora do padrão heteronormativo, sofrem mais com a exclusão. Segundo Xiberras (1993, p. 21), "excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores". Implica as imagens construídas no imaginário social como constituintes da exclusão. É preciso destacar que a exclusão é uma barreira para o desenvolvimento de uma pessoa e pode causar dificuldades de relacionamento pessoal, social e emocional, trazer consequências como ataques de raiva, agressividade, falta de concentração, baixa autoestima e isolamento.

Castel (1998) vê a exclusão como:

A desafiliação, uma ruptura de pertencimento, de vínculos societais, em que "[...] o desafiliado é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis, ou instáveis [...]" (p. 416). Outrossim, a exclusão é uma maneira da sociedade afirmar a situação de pobreza e as diversas formas de ruptura do vínculo social. Ainda em Castel (1998, p. 569), temos que "a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo". São essas particularidades que acirram o processo de exclusão das pessoas de classe popular, pois as tornam dependentes da condição de fragilizadas, condição de subalternização e da estigmatização da pobreza, que precisam ser beneficiadas por políticas públicas de ajuda, para minimizar as deficiências sociais que foram criadas ao longo de um processo de apartação social da diferença e da desigualdade. (Castel, 1995, p. 569, apud Mattos, 2012)

O desenvolvimento e o estado emocional de um ser podem inibir sua aprendizagem. A baixa autoestima, a experiência de trauma emocional ou instabilidade emocional podem afetar a concentração, a sociabilidade e a frequência escolar. O desenvolvimento social da criança fica limitado.

Para Spozati (1996), “a desigualdade, que pode ser de ordem social, econômica, política, cultural e ética, para não falar na apartação social como concebida por Cristovam

Buarque (1999), é incompatível com a democratização”. De acordo com Arroyo (2000, p. 35), na "cultura social da exclusão radica a força de sua persistência, desafiando inclusive o pensamento progressista e democrático tão dominante no ideário pedagógico".

Na abordagem de (GUSMÃO, 1997) apud Mattos (2012):

A exclusão em sua perspectiva social requer entender os estranhamentos ocorridos no confronto entre as culturas ao longo dos tempos, considerando que, provavelmente, ao se depararem com a existência do outro, ambas as partes mergulharam em suas tradições, a fim de encontrarem indícios que os ajudassem a identificar os espectros com que haviam topado.

Sendo a exclusão fator de negação de direitos fundamentais do ser humano, como respeito, dignidade, saúde física e mental e tudo que implica no seu desenvolvimento, é preciso pensar no seu oposto, ou seja, a inclusão. A inclusão, que segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2001, p. 380) significa "1. compreender, abranger; 2. conter em si; 3. inserir, introduzir; 4. estar incluído ou compreendido; fazer parte; inserir-se", é o oposto do excluir e pressupõe a garantia de que todos sejam respeitados na sua diversidade, tenham os direitos fundamentais garantido, ou seja, faça efetivamente parte de uma sociedade, grupo social ou comunidade, tenha acesso a todas as condições de desenvolvimento e vida plena, independentemente de suas características físicas e étnico-raciais, condições sociais, credo, idade ou orientação sexual.

Conforme (SANTOS, 2012, p. 222), o processo de incluir, inclusive no ambiente educacional requer algumas condições. Para a autora, a

Inclusão é a garantia de participação de todos na sociedade, fazendo-se incluso e compreendido em um ambiente social. Significa que todas as crianças devem ser colocadas na vida social e educacional da escola sem terem sido excluídas antes pelo sistema educacional. Significa fazer algo para que elas permaneçam na escola. Incluir requer considerar peculiaridades, cruzamento de culturas, olhar a singularidade dentro da pluralidade, olhar a parte no todo e o todo na parte. Implica, ainda, considerar as crenças, mitos e valores de cada um, bem como considerar as emoções envolvidas no relacionamento.

O significado da palavra inclusão, nos traz uma gama de sinônimos que reforça as características do sistema educacional, como espaço de pertencimento, de acolhimento, de interação, de motivação, de aprendizagem. Ambiente construído para troca de experiências, adaptação, transformação e respeito.

Segundo Stainback e Stainback 1999, p. 11), uma escola inclusiva:

[...] é aquela que educa todos os alunos em salas de aulas regulares. Educar todos os alunos em salas de aulas regulares significa que todo aluno recebe educação e frequenta aulas regulares. Também significa que todos os alunos recebem oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades, recebem todo o apoio e ajuda de que eles e seus professores possam, da mesma forma, necessitar para alcançar sucesso nas principais atividades. [...] Ela é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas.

Segundo Spozati (2000), o não fracasso significa um indicador de inclusão. Para Senna (2008), é preciso descortinar e definir condições de inclusão. Assim, aponta que é necessário

Alfabetizar-se, qualidade de escolarização, escola próxima à residência, assegurar o cumprimento dos programas pedagógicos ao longo de escolarização, ter acesso à escola e ter aulas, ajustar os conteúdos pedagógicos à realidade da criança de classes populares, todos esses aspectos são indicadores de inclusão. Conseqüentemente, estar incluído demanda a superação da exclusão escolar que "[...] muito mais do que mero direito a vaga e permanência, demanda a superação dos valores que segregam e banem o indivíduo no cotidiano de uma experiência em que jamais consegue superar os limites do intolerável, do fracasso eminente" (SENNA, 2008, p. 202).

O sistema educacional nos mostra uma forte influência provocando a separação de pessoas que à época eram consideradas normais e não normais, criando assim ambientes diferenciados para ensinar.

Conforme Mantoan (2003, p. 13):

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela.

Os/as estudiosos/as da temática apontam que as soluções sugeridas para se reverter esse quadro parecem remeter as mesmas medidas que o criaram. Ou seja, no âmbito escolar, sobretudo, as soluções apontadas para resolver a situação parecem partir de ações que não recorrem a outros meios, que não buscam novas saídas e que não vão a fundo nas causas geradoras do fracasso escolar. Esse fracasso continua sendo do aluno, pois a escola reluta em admiti-lo como sendo seu. Mantoan (2003, p. 18), complementa:

Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda

encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais.

A Constituição Federal de 1988 propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). No entanto, a base legal sozinha não garantirá o processo de inclusão, tendo em vista que como aponta Mantoan, “mesmo sob a garantia da lei, podemos encaminhar o conceito de diferença para a vala dos preconceitos, da discriminação, da exclusão, como tem acontecido com a maioria de nossas políticas educacionais. Temos de ficar atentos”. (MANTOAN, 2003, p. 21)

No art. 208 inciso III, da Constituição, garante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, por parte do Estado. E Mantoan (2003, p. 23) explica:

O “preferencialmente” refere-se a “atendimento educacional especializado”, ou seja: o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente têm para relacionar-se com o ambiente externo, como, por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código braile, uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares.

Mantoan (2003, p. 23) aponta que a escola comum “é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral”.

## 1.2 Educação inclusiva: conceitos e definições

Garantir uma escola inclusiva é dever do Estado em primeiro lugar, dos sistemas de ensino, dos gestores escolares e do seu corpo docente e de funcionários administrativos. Uma escola inclusiva acolhe todos os alunos sem distinção, tem uma equipe orientada para que todas as crianças e seus familiares sejam recebidas com respeito, amor, além de dar todas as orientações necessárias a todos da comunidade, inclusive os responsáveis pelos estudantes, para que o sujeito se desenvolva. Essa escola se prepara para atender respeitosamente a criança em todos os ambientes da instituição, desde a entrada no portão da escola, quando é recepcionada pelo vigilante, quando entregue na portaria e conduzida à sala de aula, quando atendida pela equipe da limpeza, quando na fila do lanche entregue pela cozinheira, todos envolvidos no atendimento à criança independente de etnia, sexo, idade, condição social ou qualquer outra situação.

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional.

Vygotsky (2012), no início do século XX, já defendia a ideia de que o “desenvolvimento incompleto das pessoas com deficiência se deve ao fato não da sua deficiência, mas à exclusão da coletividade”. Esse autor abordou a importância da colaboração entre pessoas com e sem deficiência, destacando que essa é benéfica para ambas.

Ainda na luta pela inclusão, Vygotsky (2012) defendeu que a:

Educação Especial deveria superar o estigma do assistencialismo, pois, por muito tempo, esteve associada mais ao cuidado do que à educação, sendo vista como uma ação de caridade, um favor prestado por algumas instituições. Entretanto, a educação é um direito de todas as pessoas, com e sem deficiência, e o ideal é que seja ofertada de forma inclusiva nas instituições de educação coletivas comuns, levando-se em conta a diversidade da humanidade.

Para Araújo (2014, p. 47):

A Educação Inclusiva remete à inclusão de pessoas com necessidades específicas, todavia, convém pensar na educação para incluir a diversidade humana. Dessa forma, a perspectiva de educação inclusiva engloba o acolhimento e respeito à diversidade humana em todos os seus aspectos: étnico- raciais, gênero, classe social, idade, credo, bem como o respeito às peculiaridades das diversas populações: do campo, quilombolas, indígenas, estrangeiras, assentadas e acampadas da reforma agrária, de povos tradicionais, entre outras.

Vygotsky (2012b) apud Araújo (2018), defende que compete aos profissionais que atuam na educação, “realizar um trabalho pedagógico com as crianças com deficiência, percebendo-as como seres de possibilidades e capazes de se desenvolverem. Para ele, a situação de deficiência não pode limitar o trabalho docente, e sim deve suscitar a superação de supostas limitações sociais”. Portanto, a Educação Inclusiva deve buscar o desenvolvimento da criança permitindo a interação com seus pares, mas, acima de tudo, fazer com que essa criança seja compreendida em suas limitações, tendo condições necessárias para que ela supere essas limitações e vá além.

## A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os documentos nacionais e internacionais, além da base legal brasileira e suas orientações, somados à expressividade dos movimentos sociais, orientam a política de Educação Especial no país, que nos últimos anos vinha sendo fundamentada sob a perspectiva da Educação Inclusiva. Como cita o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo nº 129 inciso V, são medidas aplicáveis aos pais ou responsável, a obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.

Segundo LOPES (2017, p. 5-6), o documento de 2008, chamado de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é:

Um documento que resultou da ação de um grupo de trabalho integrado por pessoas notáveis dessa área de educação especial e como uma política nacional ele visa orientar as ações das Políticas Públicas das Políticas Brasileiras. Ele não é uma legislação propriamente dita, mas é uma indicação do rumo das Políticas Nacionais de maneira a afinar o que é a prática da Educação Especial no Brasil com as novas orientações vindas a partir da publicação da Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência, na qual se fez o documento que foi aprovado pela ONU em 2006 e que no Brasil foi ratificado e tem força de uma Legislação Constitucional. Com o objetivo de afinar esse discurso é que foi publicada uma política como uma maneira de orientação aos sistemas educacionais.

Sendo a educação um direito humano fundamental, a Educação Inclusiva está diretamente relacionada aos Direitos Humanos, a igualdade de acesso e permanência, a garantia do direito a diferença e a equidade, que são valores a serem buscados pelos envolvidos nessas questões. “A Educação Inclusiva é uma contribuição para superação da lógica da exclusão na sociedade contemporânea e é claro que a escola tem um papel fundamenta nisso”. (LOPES, 2017, p1.)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo:

A Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior, o atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino, a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar, a participação da família e da comunidade, a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (MEC/SECADI, 2008, p.10)



Até hoje a educação inclusiva é confundida com a educação especial, por estarem envolvidas em atendimento a crianças com deficiência. E para melhor definir o que se propõe cada uma delas, o documento (MEC/SECADI, p. 6) esclarece que, sobre a educação inclusiva:

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e ratificada com força de Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº186/2008 e do Decreto Executivo nº6949/2009, estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que: a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Já no que concerne à Educação Especial, as diretrizes do Conselho Nacional de Educação são elucidativas da questão. Assim, Resolução CNE/CEB, 04/2009, tendo como objetivo orientar a organização dos sistemas educacionais inclusivos, instituiu

as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica. Este documento determina o público-alvo da educação especial, define o caráter complementar ou suplementar do AEE, prevendo sua institucionalização no projeto político pedagógico da escola. O caráter não substitutivo e transversal da educação especial é ratificado pela Resolução CNE/CEB nº04/2010, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e preconiza em seu artigo 29, que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado - AEE, complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (MEC/SECADI, P. 6)

O documento também enfatiza aspectos importantes da avaliação pedagógica, enquanto instrumento extremamente dinâmico e que deve ser observada a aprendizagem do aluno. Assim, define:

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns estudantes podem demandar ampliação do tempo para a realização dos

trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana. (MEC/SECADI, p. 13)

Os avanços em relação a educação especial no Brasil se dão à passos lentos, seja na construção dela enquanto direito ou na sua garantia, por meio de diretrizes, políticas e ações que ora avançam e em outros momentos retrocedem. Os programas emanados do MEC traduzem um pouco esse movimento, assim como a luta dos educadores, pesquisadores, estudantes e famílias que dependem ou defendem a garantia do direito a educação de todos os sujeitos. Segue abaixo alguns dos programas implantados no ambiente escolar pelo Ministério da Educação:

Atendimento Educacional Especializado – AEE; estudo de caso, plano de AEE; ensino do Sistema Braille; ensino do uso Soroban; estratégias para autonomia no ambiente escolar; orientação e mobilidade; ensino do uso de recursos de tecnologia assistiva; ensino do uso da Comunicação Alternativa – CAA; estratégias para o desenvolvimento de processos cognitivos; estratégias para enriquecimento curricular; profissional de apoio; tradutor/intérprete da Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa; guia intérprete. PNEEPEI (MEC, 2008).

Diante dessa problemática e pensando o atual momento:

É muito importante olhar para o passado para identificar como essa questão de segregação e da exclusão foram sendo construídas no nosso país e qual a importância se alinha com a política de inclusão que vise o respeito, o direito da pessoa com deficiência em compartilharem os direitos sociais e terem acesso à educação assim como todas as demais pessoas. (MEC/SECADI, 2008, p.1)

Segundo informações do MEC, o ministério por meio de suas secretarias vem ou vinha elaborando programas que visam contribuir com esse contexto, entre eles, o *Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade*, que tem como objetivo disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros. É responsabilidade desse programa disponibilizar equipamentos, mobiliário e material pedagógico para a implantação de salas de recursos nos municípios atendidos por ele. A sala de recursos é um dos dispositivos de apoio à inclusão e, segundo definição do MEC, consiste em:

Um ambiente de natureza pedagógica, orientado por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem

necessidades educacionais especiais, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum. ([Link](#))

Para a implementação das salas de recursos, faz-se necessário que os sistemas de ensino organizem as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a aprendizagem, incluindo instalações e equipamentos.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SECADI por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. No contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Programa objetiva:

- Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
- Assegurar o pleno acesso dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais estudantes;
- Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino;
- Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar.

Para atingir tais objetivos, o MEC/SECADI realiza as seguintes ações:

- Aquisição dos recursos que compõem as salas;
- Informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados;
- Monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas;
- Orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE;
- Cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas;
- Promoção da formação continuada de professores para atuação no AEE;
- Publicação dos termos de Doação;
- Atualização das salas de recursos multifuncionais implantadas pelo Programa;
- Apoio financeiro, por meio do PDE Escola Acessível, para adequação arquitetônica, tendo em vista a promoção de acessibilidade nas escolas, com salas implantadas.
- Aos gestores dos sistemas de ensino cabe definir quanto à implantação das salas de recursos multifuncionais, o planejamento da oferta do AEE e a indicação das escolas a serem contempladas, conforme as demandas da rede, atendendo os seguintes critérios do Programa:
  - A secretaria de educação a qual se vincula a escola deve ter elaborado o Plano de Ações Articuladas – PAR, registrando as demandas do sistema de ensino com base no diagnóstico da realidade educacional;
  - A escola indicada deve ser da rede pública de ensino regular, conforme registro no Censo Escolar MEC/INEP (escola comum);
  - A escola indicada deve ter matrícula de estudante(s) público-alvo da educação especial em classe comum, registrada(s) no Censo Escolar MEC/INEP;

- A escola de ensino regular deve ter matrícula de estudante(s) cego(s) em classe comum, registrada(s) no Censo Escolar MEC/INEP, para receber equipamentos específicos para atendimento educacional especializado a tais estudantes;
- A escola deve disponibilizar espaço físico para a instalação dos equipamentos e mobiliários e o sistema de ensino deve disponibilizar professor para atuação no AEE.

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferta do atendimento educacional especializado - AEE.

As salas tipo I e de tipo II), organizam-se conforme abaixo:

Quadro 1- Salas de Recursos Generalista tipo I: <b>Equipamentos</b>	<b>Materiais Didático/pedagógico</b>
02 Computadores	01 Software para comunicação aumentativa e alternativa
01 Estabilizadores	01 Esquema corporal
01 Impressora multifuncional	01 Sacolão criativo
01 Roteador Wireles	01 Quebra cabeças superpostos – sequência lógica
01 Mouse com entrada para acionador	01 Bandinha rítmica
01 Acionador de pressão	01 Material dourado
01 Teclado com colméia	01 Tapete alfabético encaixado
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de associação de ideias
01 Notebook	01 Memória de numerais
<b>Mobiliários</b>	01 Alfabeto móvel e sílabas
01 Mesa redonda	01 Caixa tátil
04 Cadeiras para mesa redonda	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Alfabeto Braille
02 Cadeiras giratórias	01 Dominó tátil
01 Mesa para impressora	01 Memória tátil
01 Armário	01 Plano inclinado – suporte para livro
01 Quadro branco	

Fonte: Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais

A sala de tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual, conforme abaixo:

Quadro 2- Salas de Recursos Classe Especial tipo II:

<b>Equipamentos e Materiais Didáticos Pedagógicos</b>
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura

01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais

A entrega dos itens que compõem as salas de recursos multifuncionais será realizada diretamente na escola, no endereço registrado no Censo Escolar, por empresas diferentes, em prazo contado a partir da emissão da Autorização de Entrega. O MEC/SEESP acompanha e fiscaliza essa execução nas diferentes regiões do país, mantendo sistema informatizado de monitoramento para atestar sua conformidade.

No documento (PNE, 2014-2024), nas estratégias 4.3 e 4.4, é prevista a implantação de sala de recursos multifuncionais, formação de professores e garantia aos alunos do direito ao atendimento educacional especializado:

**4.3)** implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

**4.4)** garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

Mas é importante que na escola o pensamento dos gestores, educadores e demais profissionais da instituição esteja voltado para a perspectiva da educação inclusiva, o projeto de inclusão estar conectado ao Projeto Político Pedagógico (PPP), adequação arquitetônica voltada para acessibilidade, a implantação de sala de recursos multifuncionais (Sala AEE) e formação continuada dos professores.

:

## IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DE UM CASO

Ao discutir sobre as políticas públicas educacionais estamos falando das ações desenvolvidas pelos governos, que estão à frente do estado no determinado período, para garantir o direito a educação. Portanto, partimos do pressuposto que “as políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem” (Oliveira, Pizzio & França, 2010, p. 5). Nesse sentido, compreendemos que as políticas públicas educacionais se destinam às questões da educação, que se concretizam em última instância no ambiente escolares.

Diante desse contexto, para debater sobre a implementação de políticas públicas educacionais, recorreremos aos estudos de Silva e Melo (2000) e Lima e D’Ascenzi (2013) a respeito dos processos de implementação de políticas públicas educacionais e da avaliação de programas e projetos que discorrem sobre a definição de implementação em sua concepção tradicional, como “o cumprimento de atividades que permitem que as ações sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas” (Silva & Melo, 2000, p. 4).

Esse capítulo, portanto, destina-se a analisar como a política de educação especial, na perspectiva da inclusão, se efetiva na escola. Para tanto, serão analisadas as entrevistas feitas com gestoras e educadoras de uma instituição de educação infantil do Distrito Federal, que trabalha com inclusão, além de uma gestora de uma regional de ensino da Secretaria de Educação do DF.

### **3.2 Educação e inclusão: contextualizando o campo de pesquisa**

A minha pesquisa foi realizada numa escola de Educação Infantil de Sobradinho, onde passei a exercer atividades como Educador Social, minha aprovação deu-se através do Programa Educador Social Voluntário (ESV), da Secretaria da Educação do DF, divulgado no Diário Oficial do DF, a portaria que institui o Programa. Os ESV auxiliam nas atividades do dia a dia das escolas, conforme estabelecido no Programa: formação, socialização de experiências, participação em atividades de apoio ao trabalho pedagógico e colônia de férias, atividades que ficam sob orientação e supervisão da equipe gestora.

Um dos motivos que despertou o meu interesse pela Instituição foi a sua estrutura física e, sua área verde sempre bem cuidada e limpa demonstra o cuidado com a natureza e com a permanência dos alunos que ali estudam.

A escola, apresenta uma estrutura física de um prédio contendo:

- 06 salas de aula – sendo duas adaptadas, com intuito de que cada sala de aula seja um ambiente acolhedor e familiar para a criança. Cada sala tem uma casa de bonecas com móveis, utensílios, jogos pedagógicos alfabeto móvel e brinquedos variados;
- 01 sala de coordenação com mecanografia;
- 03 banheiros infantis (masculino, feminino e deficiente);
- 01 cantina;
- 04 depósitos (de material escolar, de material de limpeza, de merenda escolar e de materiais de reparo);
- 01 pátio coberto;
- 01 pátio coberto - pintado “Reino dos Brinquedos” com jogos pedagógicos: amarelinha, caracol, destinado para recreação e atividades variadas;
- 01 sala para secretaria e supervisão administrativa;
- 01 sala para direção e vice - direção;
- 01 parque infantil - reformado com recursos da APM;
- 01 casinha de bonecas – construída dentro do parque infantil;
- 01 piscina pequena – com a capacidade de aproximadamente 3.520 litros;
- 01 piscina grande - com a capacidade de aproximadamente 11.000 litros;
- 01 parquinho na área da piscina;
- 01 sala de recursos;
- 01 sala Serviço de Orientação Educacional (SOE)/ Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA).

Além da estrutura física a instituição conta com o quadro de funcionário com 01 Diretora, 01 Vice-diretora, 01 Secretário, 14 Professores regentes, 01 Coordenadora pedagógica, 01 Supervisora pedagógica, 01 Professora da sala de recursos, 01 Orientadora educacional, 01 Psicóloga (EEAA), 01 Pedagoga (EEAA), 01 Monitora, 10 Monitores do programa Educador Social, 01 Professora apoio para coordenação pedagógica e direção (readaptada), 01 Professora com restrição e trabalha no apoio para coordenação pedagógica e direção, 01 Merendeiro, 04 Vigias, 02 Porteiras, 04 Servidoras readaptadas – Três que ajudam

no trabalho da portaria e uma que realiza um trabalho de apoio na direção, 07 Servidores terceirizados da Empresa Juiz de Fora – Limpeza e conservação da escola.

As turmas formadas por classes comuns para o ano letivo de 2018 e as turmas formadas para alunos especiais para o ano letivo de 2019 ficaram assim distribuídas:

Quadro 3- Distribuição das turmas e número de alunos por turma

<b>TURNO MATUTINO</b>	
<b>Classes comuns ano letivo 2018</b>	<b>Turmas Especiais ano letivo 2019 *</b>
1º Período “A” – 15 alunos	1º Período - Integração Inversa – 01 aluno 2º Período - Integração Inversa – 01 aluno 2º Período – Comum Inclusiva – 02 alunos <b>*Nessas turmas tem incluídos ANNES (Alunos com Necessidades Educacionais Especiais)</b>
1º Período “B” – 24 alunos	
1º Período “C” – 24 alunos	
2º Período “A” – 15 alunos	
2º Período “B” – 18 alunos	
2º Período “C” – 22 alunos	
Classe Especial “A” – 02 alunos	Classe Especial – 01 aluno
<b>Total de alunos – 120</b>	<b>Total de alunos - 05</b>
<b>TURNO VESPERTINO</b>	
<b>Classes Comuns ano letivo 2018</b>	<b>Turmas Especiais ano letivo 2019*</b>
1º Período “D” – 15 alunos	1º Período – Integração Inversa – 2 alunos 2º Período – Integração Inversa – 2 alunos 2º Período – Comum Inclusiva – 2 alunos <b>*Nessas turmas tem incluídos ANNES (Alunos com Necessidades Educacionais Especiais)</b>
1º Período “E” – 24 alunos	
1º Período “F” – 20 alunos	
2º Período “D” – 22 alunos	
2º Período “E” – 24 alunos	
2º Período “F” – 24 alunos	
Classe Especial “B” – 02 alunos	Classe Especial – 02 alunos
<b>Total de alunos - 131</b>	<b>Total de alunos - 08</b>

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2019, escola de Educação Infantil de Sobradinho

### 3.2.1 A inclusão na Educação Infantil e a sala multifuncional na instituição pesquisada

O Currículo em Movimento da educação infantil do DF, traz uma abordagem sobre a inclusão de uma forma abrangente, sempre enfatizando o respeito à diversidade humana em todos os seus aspectos: étnico-racial, gênero, classe social, idade, credo, bem como o respeito às peculiaridades das diversas populações: do campo, quilombolas, indígenas, estrangeiras, assentadas e acampadas da reforma agrária, de povos tradicionais, entre outras.



Em seu projeto de inclusão a escola informa no Projeto Político Pedagógico – PPP, que desde 2007 há sala de recurso, que promove condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular, oferecendo atendimento individualizado aos alunos com necessidades educacionais especiais, além de estimular outras crianças que apresentam dificuldades no desenvolvimento (em processo de diagnóstico), crianças que foram observadas pela equipe da escola, Sala de Recursos, Serviço de Orientação Educacional, Equipe especializada de Apoio à aprendizagem (SR, SOA e EEAA).

Ainda segundo o projeto, a sala de recursos, serviço de orientação educacional e equipe de especialização de apoio à aprendizagem, trabalha de forma integrada, ou seja, em conjunto e com vistas a favorecer o melhor desenvolvimento das crianças nos aspectos social, afetivo e cognitivo.

O meu trabalho de monitoria teve início no dia 11 de fevereiro de 2019, na turma do 2º período, turno matutino, composta por 21 alunos com faixa etária entre 5 e 6 anos de idade, onde duas das crianças com necessidades específicas foram incluídas na turma e ficaram sob a minha supervisão com auxílio e orientações da professora da classe.

Diagnóstico 1 – Transtornos globais não especificados do desenvolvimento

Diagnóstico 2 – Pé torto congênito idiopático

Meu interesse aumentou quando me deparei com algumas limitações apresentadas pelas duas crianças envolvidas nas atividades em sala de aula. A questão não era somente acompanhar, mas entender como elas se enxergavam e como os outros alunos reagiriam a presenças delas. A aluna com o pé congênito<sup>1</sup>, foi submetida à três cirurgias, apresentou insegurança para interagir com os colegas, ingressou na turma dois meses depois das aulas já terem iniciado. Por várias vezes ela se aproximou e me pediu para acompanhá-la até o grupo de amigos. A aluna não apresenta limitações de raciocínio e seu pé congênito não a impede de realizar atividades físicas com as demais crianças. A aluna com TGD apresenta atraso na aquisição da fala, dificuldade na interação social, prejuízo no reconhecimento das emoções de terceiros, desvio do olhar, rituais obsessivos, ecolalia<sup>2</sup>, entre outras características.

De posse dos dois relatórios das alunas reconheci a minha falta de experiência em lidar com a situação e que precisaria de ajuda para auxiliá-las. Com as orientações da professora da

---

<sup>1</sup> Defeito congênito em que o pé é torcido ou deformado.

<sup>2</sup> Distúrbio caracterizado pela repetição daquilo que a própria criança acabou de dizer ou pelo o que seu interlocutor falou há pouco tempo.

sala comum aos poucos ampliei meu olhar e até hoje busco conhecimento para motivá-las a desenvolverem sua autoestima e socialização.

Com a apresentação dos diagnósticos as duas crianças passaram a ser atendidas na Sala de Recursos Multifuncionais que de acordo com a Estratégia de Matrículas 2019, Portaria nº 354, de 01/11/2018, item 3.7.3, p. 97:

A criança que frequenta a Sala de Recursos Generalistas (SGR), terá um espaço pedagógico conduzido por professor especializado, com aptidão comprovada, com carga horária de 40h no regime de 20h mais 20h ou 20h por turno, com no mínimo seis estudantes, cuja finalidade é oferecer suporte educacional especializado, às crianças com Deficiência Intelectual DI, Deficiência Física DF, Deficiência Múltipla DMU e/ou Transtorno Global do Desenvolvimento TGD/ Transtorno do Espectro Autista TEA.

A Sala de Recursos Multifuncional cedida pela escola é um espaço pequeno, que possui janelas pequenas para refrigeração, bancadas distribuídas pelas paredes da sala para guardar materiais didáticos e pedagógicos e um armário com duas portas, que disputa acomodação com duas mesas quadradas e vários brinquedos próximo à mesa de atendimento à criança.

Na busca por documentos que me esclarecessem sobre o tamanho adequado de um ambiente que recebe alunos para serem cuidados, Daniele Pechi (2014) esclarece que:

Assim como a heterogeneidade está presente na sala de aula ela também deve ser aplicada aos estudantes com deficiência, pois estes alunos apresentam potencialidade e necessidades específicas de aprendizagem e precisa contar com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno, em uma sala de recursos que permita a eles se desenvolverem plenamente.

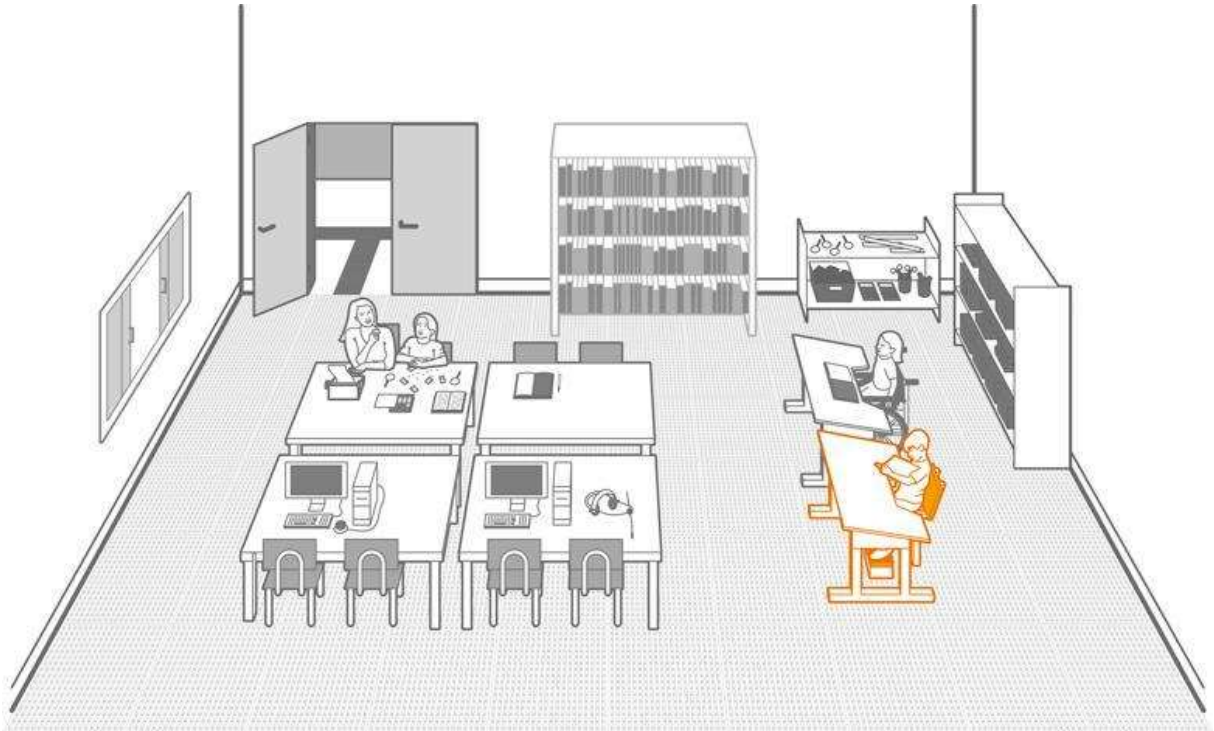
A sala de recursos, portanto, não pode estar em um canto improvisado e deve ser adaptada ou complementada de acordo com os alunos que a escola recebe. Não precisa também ser necessariamente no térreo, afinal a acessibilidade deve estar em todos os espaços, informa Pechi.

De acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, conforme disposto no seu Parágrafo 1º do Art. 29:

As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos

estudantes público-alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

Assim, para que a instituição seja inclusiva de fato, não basta infraestrutura. É necessário oferecer a preparação adequada aos professores, tanto aos que trabalham em salas regulares como aos que atenderão na sala de recursos.



*Figura 1: MESA COM RECORTE Permite a regulação da altura para que os alunos cadeirantes fiquem em uma posição mais confortável. É fundamental que a mesa também tenha apoio para os pés. Fonte: Daniele Pech, 2015.*

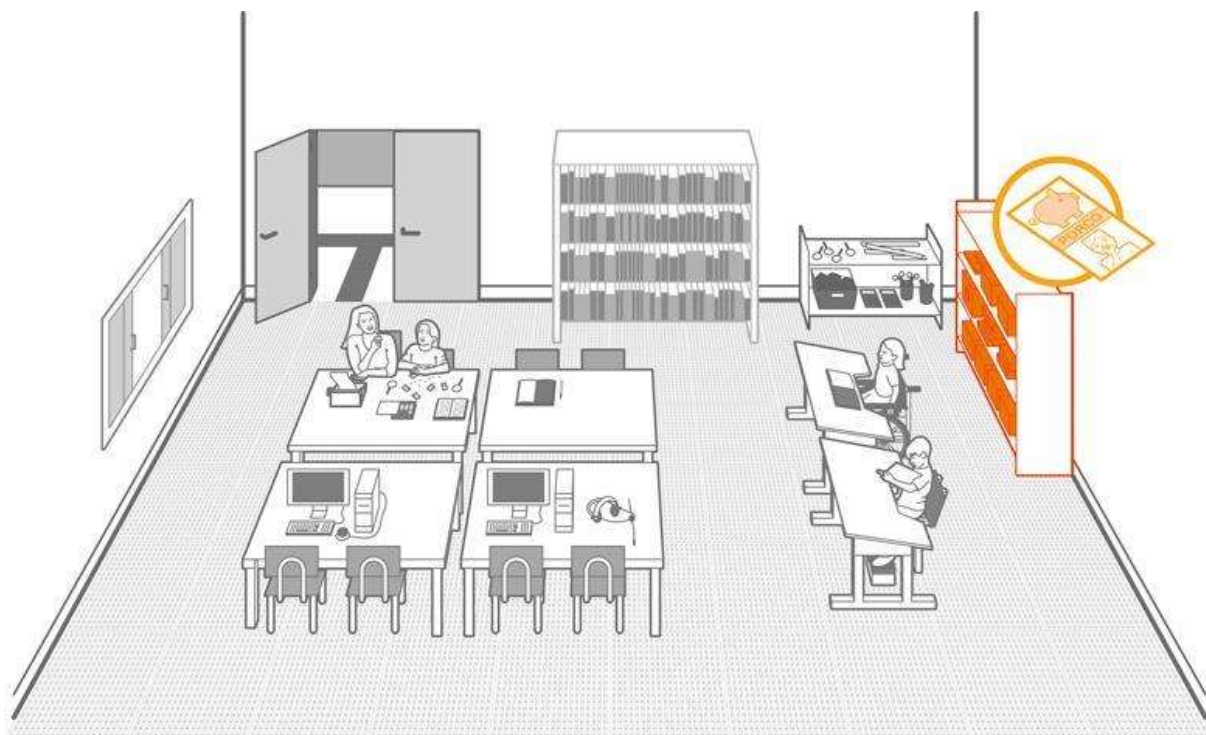


Figura 2 BRINQUEDOTECA Os jogos também precisam contemplar diversas NEE. Fonte: Daniele Pech, 2015.

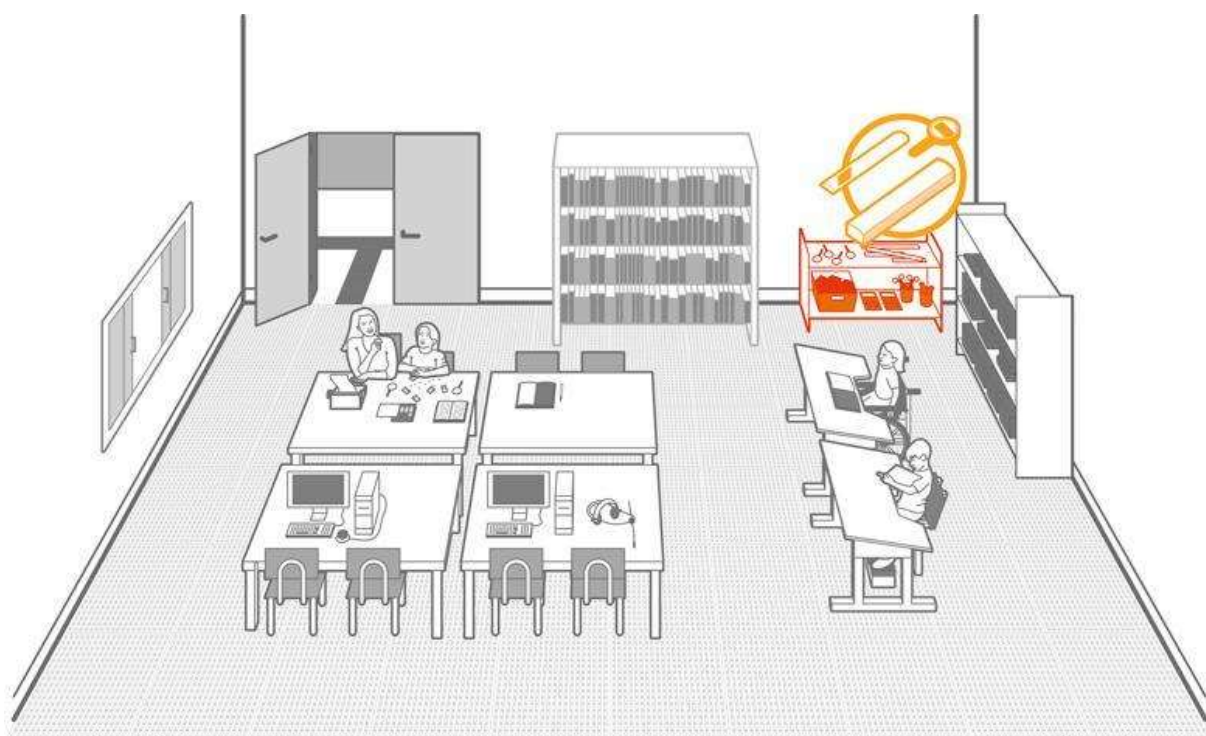


Figura 3 MINIALMOXARIFADO O espaço deve disponibilizar engrossadores de lápis, tesouras adaptadas, réguas de leitura (que ampliam o tamanho do texto), lupas manuais e calculadoras sonoras. Fonte: Daniele Pech, 2015.

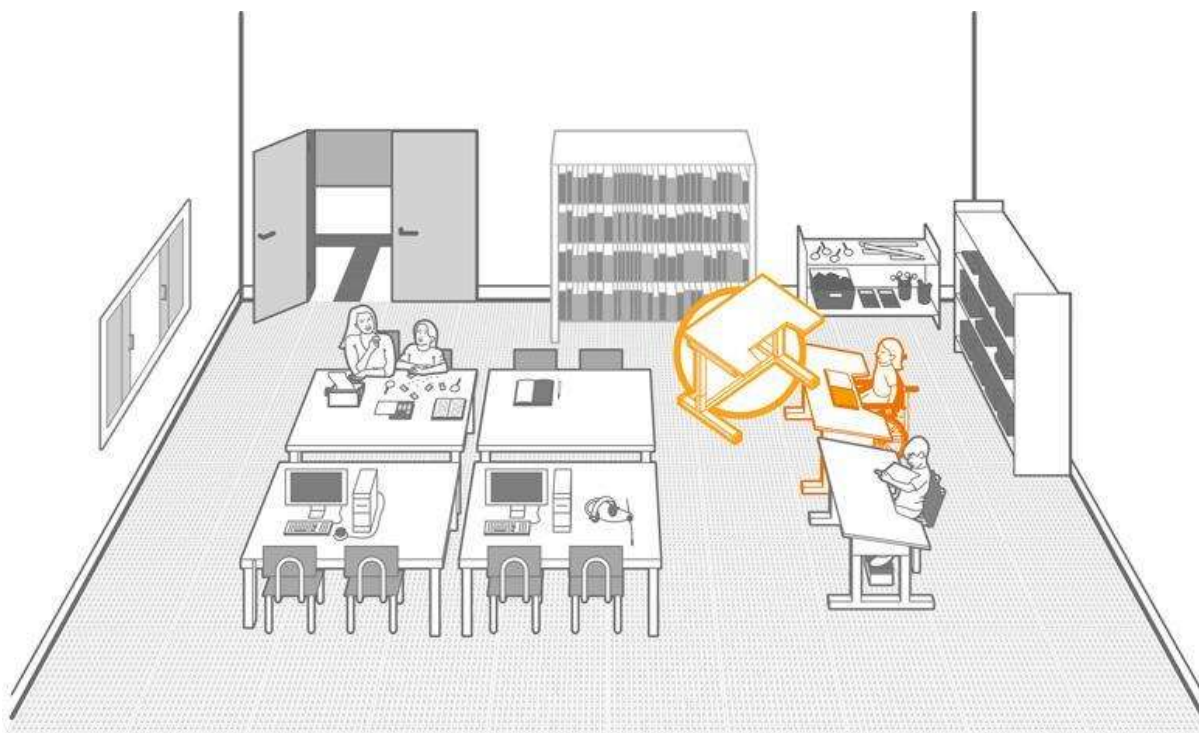


Figura 4 PLANO INCLINADO O suporte possibilita a regulação da altura e do ângulo que serão lidos e deve ser usado para crianças com deficiência física. Fonte: Daniele Pech, 2015.

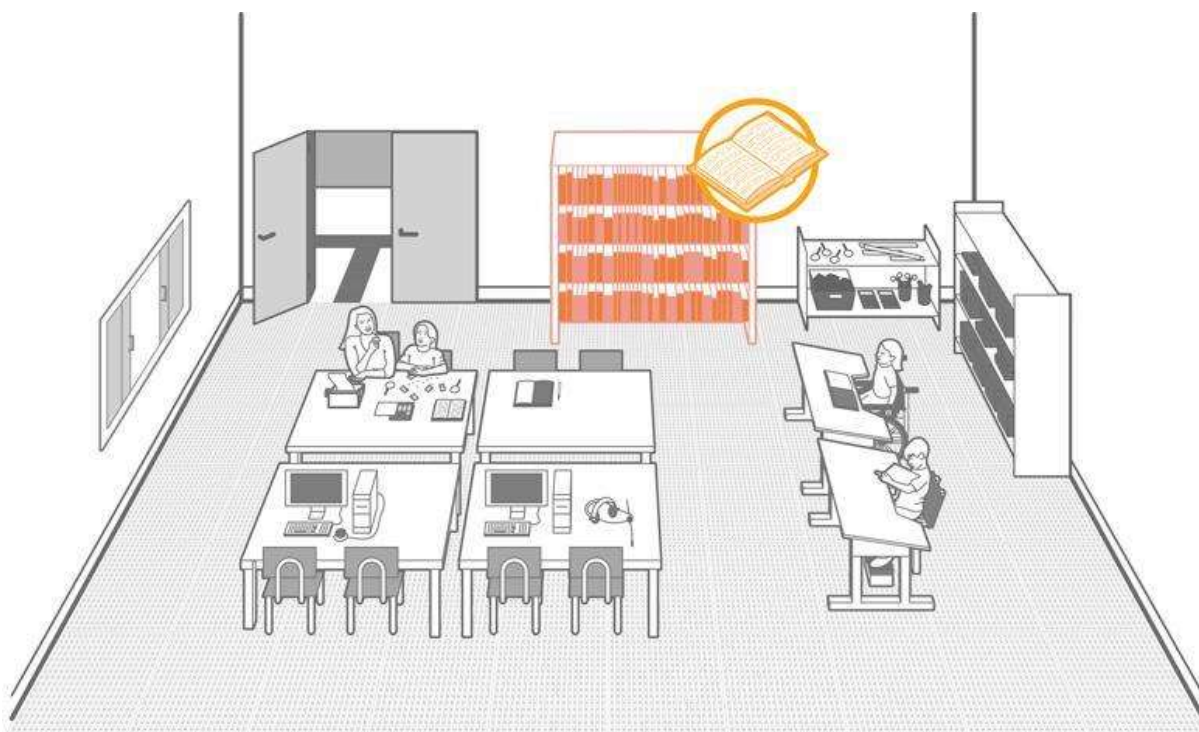


Figura 5 MINIBIBLIOTECA É fundamental ter um bom acervo de livros adaptados para diversas deficiências, como publicações com letras ampliadas, em braile, digitais em libras e falas e dicionários trilingües. Fonte: Daniele Pech, 2015.

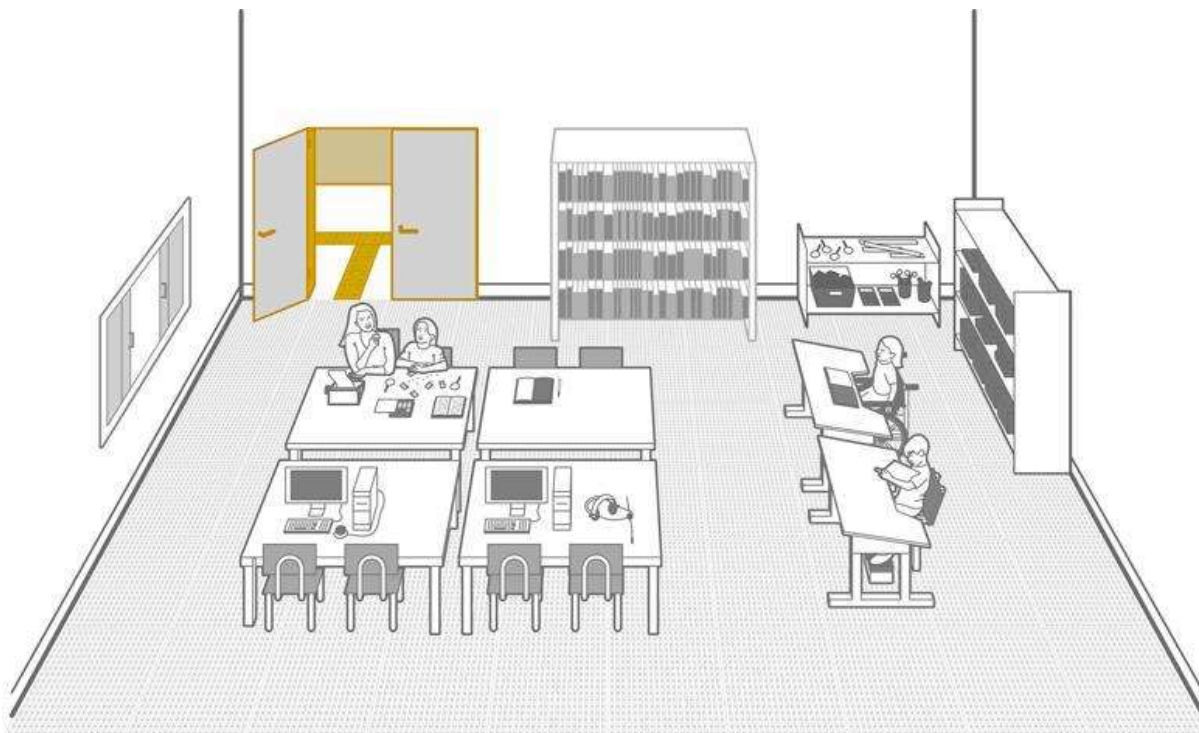


Figura 6 PORTA Para garantir a livre circulação dos cadeirantes, a recomendação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e que a largura da porta seja de 80 cm. Fonte: Daniele Pech, 2015.

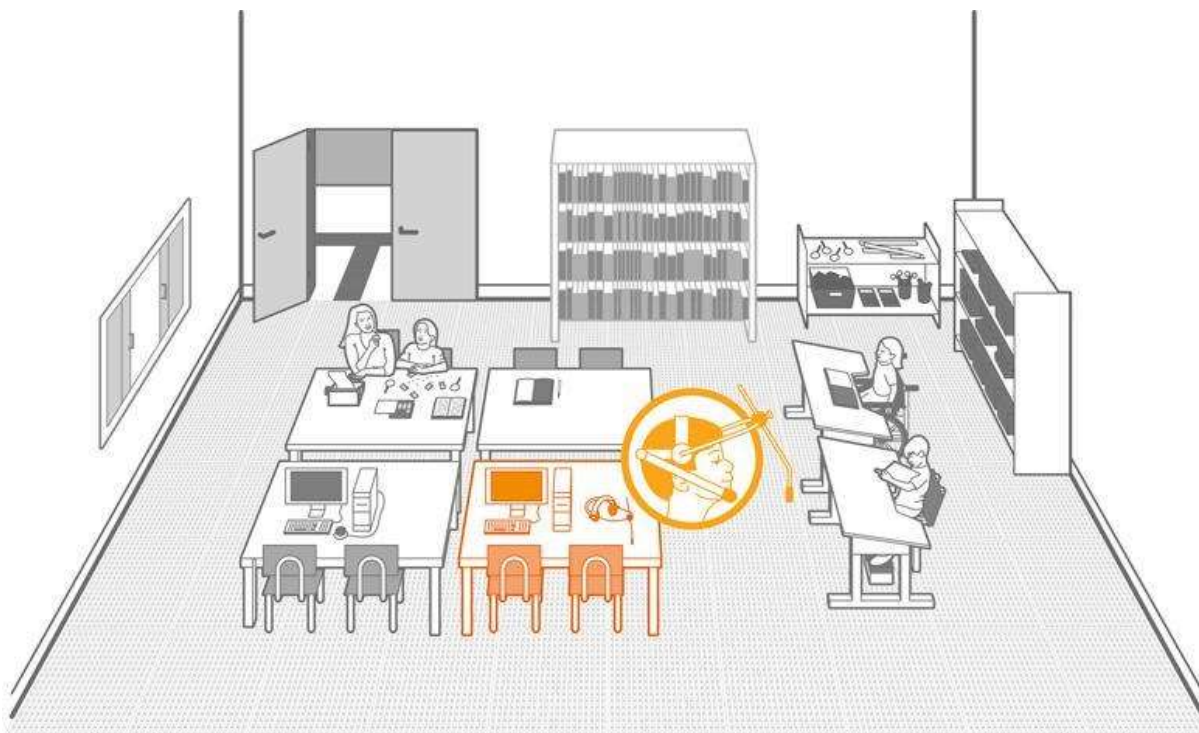


Figura 7 ACESSÓRIOS DIGITAIS Para favorecer a autonomia no uso do computador, é importante oferecer itens como lupa eletrônica, leitores de tela e sintetizadores de voz, ponteiros de cabeça e softwares de acessibilidade. Fonte: Daniele Pech, 2015.



Figura 8 LETRAS MÓVEIS Esses instrumentos são utilizados pelos alunos que possuem dificuldades para segurar lápis ou canetas. Fonte: Daniele Pech, 2015.

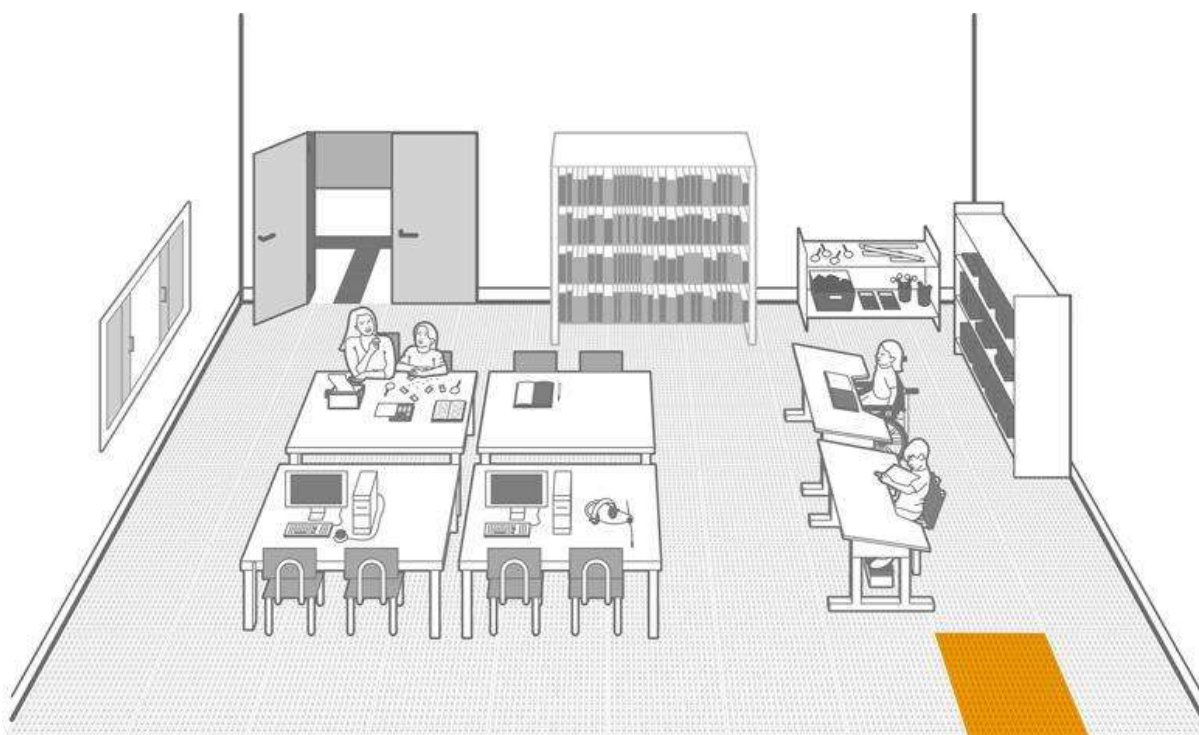


Figura 9 PISO ANTIADERENTE É importante para garantir a locomoção segura e autônoma de quem tem deficiência visual ou utiliza cadeira de rodas. Fonte: Daniele Pech, 2015.

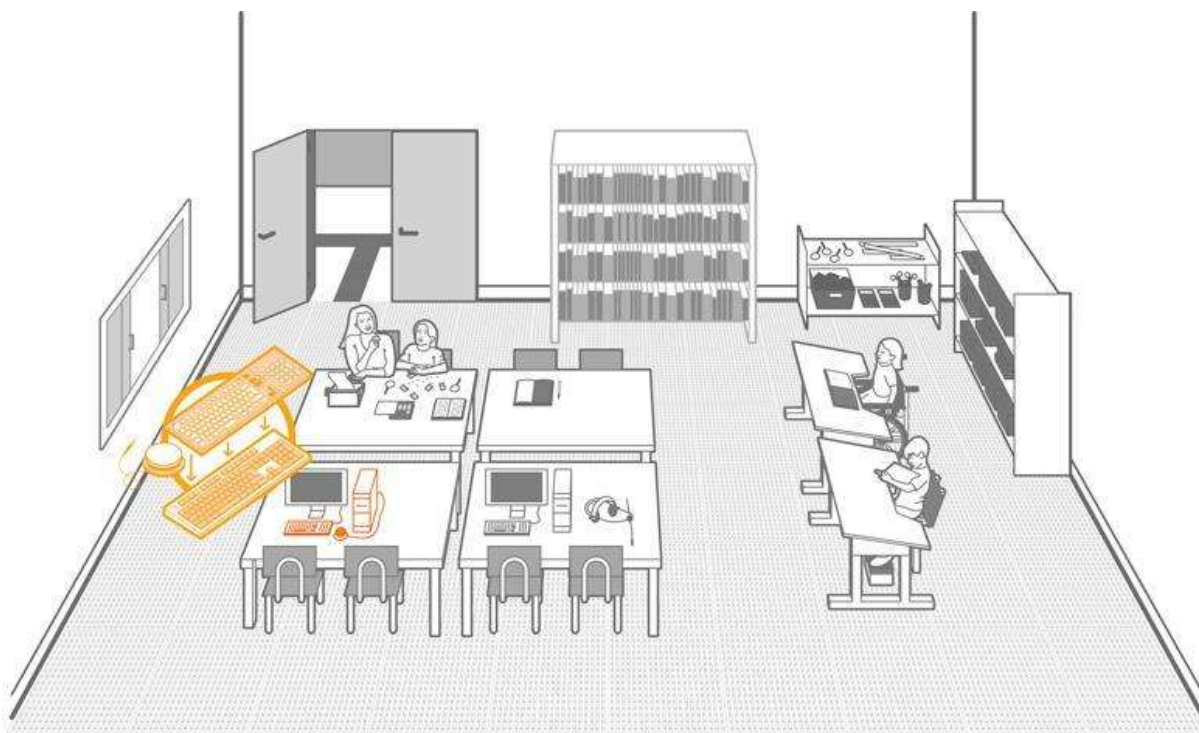


Figura 10 TECLADO COM COLMEIA Facilita a digitação de estudantes com dificuldades motoras. Fonte: Daniele Pech, 2015.

Comparando a Sala de Recursos da escola às figuras expostas sobre a disposição do mobiliário, do tamanho da sala e do material utilizado, analiso que a política de educação especial ainda está longe de se materializar na escola, deixando de alcançar de fato a inclusão. Se o profissional não dispuser dos recursos adequados para se trabalhar mesmo com toda a vasta experiência e cursos de especialização poderá ocasionar o estresse e o desânimo prejudicando também a evolução do aluno especial.

Luiz Henrique de Paula Conceição, coordenador do Programa de Formação em Educação Inclusiva do Instituto Rodrigo Mendes, em São Paulo, afirma que:

Além do acervo pedagógico, as adequações arquitetônicas e a aquisição de móveis são parte importante do processo de construção de um sistema de educação inclusiva. “O mobiliário deve ser preparado para receber todos e oferecer condições favoráveis para a troca de informações e a interação dos estudantes que utilizam o espaço, considerando a diversidade e as variadas formas de comunicação, de expressão e as condições físicas e intelectuais deles.

Para melhor compreensão acerca do trabalho que me propus desenvolver na escola, sobre como a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva se materializa, precisei acompanhar, na prática, a orientadora educacional, as professoras da sala comum, sala



de recursos entre outros profissionais que trabalham com as crianças atendidas na inclusão e como a política vem se desenvolvendo, para que essas crianças recebam melhores condições de atendimento especializado. A proposta apresentada requer uma vivência de quem trabalha nesse ambiente escolar e devido a seriedade e comprometimento de suas atividades, concordaram em participar da entrevista respondendo às questões relacionadas aos problemas que embarreiram o sistema educacional e dificulta a garantia do direito das crianças que têm necessidades educativas especiais.

As profissionais entrevistadas não se limitaram a responder somente as questões e sempre procuravam complementar com experiências do dia a dia. São elas:

02 Professoras da Educação Infantil, 2º período, turno matutino, salas inclusivas;

01 Professora da Sala de Recursos Multifuncional;

01 Orientadora Pedagógica;

01 Coordenadora Intermediária dos Orientadores Educacionais da Equipe do Especial no CRE.

As entrevistas estruturadas foram realizadas em horários escolhidos pelos profissionais, dentro do espaço escolar, individualmente e em dias alternados. Todos os sujeitos da pesquisa responderam o mesmo questionário com nove questões específicas ao tema. As entrevistadas estavam à vontade e se mostraram agradecidas pelo espaço cedido e pela oportunidade de falar um pouco da sua vida acadêmica e do seu trabalho. A entrevista é um método que facilita o diálogo e permite ao entrevistador refazer questões que não ficaram claras e argumentar ou complementar explicações que o entrevistado comentou superficialmente.

Durante a entrevista usei o recurso de gravação e depois transcrevi na íntegra as respostas dadas.

### **3.3 A implementação da Política de educação especial na visão dos educadores**

Marta Arretche (2002) ao analisar a implementação de políticas públicas, afirma que para que uma política pública não seja avaliada de forma ingênua “é prudente, sábio e necessário admitir que a implementação *modifica* as políticas públicas” (p. 2), tendo em vista que nem sempre os implementadores da política o fazem de acordo com as decisões dos formuladores

Ao responder à questão por que a implementação modifica as políticas a autora afirma que todo programa tem sempre um objetivo e uma metodologia ou estratégia, para o alcance

desse objetivo. A definição da estratégia, diz ela, é uma escolha entre tantas possíveis. Assim sendo, pensando que nem todos podem ou são formuladores de políticas públicas, fazendo com que essa ação seja quase sempre desenvolvida por figuras ou grupos que estão no poder, “os objetivos e estratégias de um programam expressam as decisões e as preferências de uma autoridade central” (ARRETCHE, 2002, p. 2).

A implementação, por sua vez, corresponde a uma outra fase da “vida” de um programa, na qual são desenvolvidas as atividades pelas quais se pretende que os objetivos, tidos como desejáveis, sejam alcançados. Embora possa ocorrer coincidência entre a figura dos formuladores e a figura dos implementadores, é muito raro que isto ocorra. Na prática, qualquer política pública é de fato feita pelos agentes encarregados da implementação. (Arretche, 2002, p. 2)

Assim, entrevistar os implementadores da política é fundamental para compreender como ela está sendo aplicada, e o quanto ela se modificou nesse processo de implementação. As questões que foram respondidas e serão analisadas sob a perspectiva dos professores. Além disso têm o intuito de conhecer mais e melhor sobre as práticas desenvolvidas na instituição em relação às políticas de inclusão, ao trabalho do professor em sala de aula e principalmente em relação à criança com necessidades especial.

Para análise e exposição dos resultados das entrevistas, os sujeitos pesquisados serão denominados de professoras 1 e 2, para as docentes da sala de aula, professora 3, para a docente da sala de recursos, e orientadora, quando as respostas forem da orientadora educacional da instituição e coordenara, quando as respostas se referirem a entrevista com a Coordenadora Intermediária dos Orientadores Educacionais da Equipe do Especial no CRE.

Quando perguntado às professoras 1 e 2 sobre as crianças deficientes em sala de aula e se as crianças consideradas normais às percebiam e como elas trabalham essa situação, a minha intenção foi identificar se as políticas de educação inclusiva estão presente na vida pedagógica do professor, se elas de fato amparam o professor que orienta os seus alunos de acordo com as suas necessidades, de forma igualitária. Neste contexto, Villa & Thousand (1995, p. 70),

esclarece que, a classe escolar se entende como uma unidade básica organizada heterogeneamente, onde os estudantes se ajudam uns aos outros e os professores trabalham de forma colaborativa. Pode-se dizer que na classe o professor deve ser um elemento facilitador da aprendizagem e de oportunidades de apoio. Seu papel é o de autorizar aos estudantes para que proporcionem apoio e ajuda mútua entre seus companheiros e para que tomem decisões acerca de sua própria aprendizagem.

De acordo com as respostas das professoras 1 e 2, onde em cada sala comum há uma criança com necessidades especiais, os outros alunos percebem que há entre elas uma que fala diferente, que anda diferente, que apresenta movimentos repetitivos, que apresentam dificuldade de obedecer às regras, elas comentam, perguntam, observam. A professora 1 sempre manteve um diálogo aberto, sincero com os demais alunos para ajudá-los a perceber a importância do respeitar as diferenças, já a professora 2, informou que os alunos dela percebiam pouco mas sabiam que existia uma diferença, mas em outros anos passou por situações em que o aluno especial apresentava comprometimento físico, perceptivo pelos demais alunos e, por isso, eles sempre procuravam ajudar na hora do lanche, nas brincadeiras, na organização dos brinquedos.

Em relação ao apoio da Sala de Recursos e da equipe do SOE as professoras 1 e 2 informaram o importante papel que este espaço tem dentro da escola tanto para os professores, quanto para as crianças e seus familiares. Apoio dado por profissionais como, uma orientadora, uma psicóloga e uma pedagoga, preparados e com vasta experiência que acompanha de perto as crianças e suas famílias. No comentário da professora 1, o apoio foi satisfatório, a orientadora, a psicóloga e uma pedagoga que acompanha as famílias deu o suporte necessário para as crianças e seus familiares, além do auxílio do Educador Social em sala de aula acompanhando as crianças especiais e a parceria da escola com o Conselho Tutelar. A professora 2, teve uma opinião diferente e para ela a equipe do SOE se manteve um pouco mais distante em relação aos outros anos. A professora 2, também comentou sobre o estudo de caso do seu aluno especial que deveria ser realizado em conjunto com a professora da Sala de Recursos, mas que acabou acontecendo somente com esta última. Importante comentar aqui do reconhecimento da professora 2 em relação ao trabalho curricular da criança especial e por causa da divergência de horário da professora da Sala de Recurso esse trabalho era realizado separadamente. Ou seja, cada uma trabalhava do seu jeito, não havia interação ou troca de experiência por motivo de trabalharem em horários contrários.

De acordo com o documento de 2008, chamado de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes

As atividades em sala de aula realizadas pelo professor junto às crianças são cotidianamente muito intensas, requer conhecimentos e também disposição física para lidar com situações que se apresentam. Tudo que é apresentado aos alunos deve ser exemplificado detalhadamente para melhor compreensão e aprendizagem da criança. O professor da educação infantil deve ter criatividade, ter bom humor, e principalmente ter sensibilidade, pois cada criança tem sua maneira própria de ver, sentir e agir.

Um simples pular de cordas, elástico, rodar bambolê na cintura, emitir sons de animais, tem seus objetivos dentro das brincadeiras realizadas pelos alunos, como coordenação motora, interação, empatia, aceitação e compartilhar com o outro. É nas brincadeiras e cantigas de rodas que o professor tem a oportunidade de observar cada criança em seus aspectos intelectuais e físicos. As crianças por terem a mesma idade e nível de desenvolvimento, apresentam as mesmas características em seu modo de pensar e agir, claro, que não idênticas pois me refiro à seres pensantes, cada um criado num ambiente diferente, culturas diferentes. Nas brincadeiras as crianças se libertam, trazem consigo o que recebem do seu lar, suas docilidades e austeridade. É nesse ambiente que o professor consegue captar nas crianças sobre o comportamento delas que, muitas vezes podem ser corrigidos com uma simples conversa, mas por outro lado, pode progredir para comportamentos que devem receber reforços e auxílios tanto do professor profissionais da sala de recursos ou até mesmo psicólogo.

Quando perguntado às professoras da escola sobre os órgãos competentes atenderem as reais necessidades das escolas com as crianças com necessidades especiais e quais os recursos disponíveis, a professora 1, informou que tem sim, ou seja, os órgãos competentes como Sistema Único de Saúde (SUS), que a Secretaria tem projetos de equoterapia, que há trabalho de estimulação, médicos, dentistas, fonoaudiólogos, psicólogos que atendem as crianças com deficiência e dão suporte às famílias.

Em entrevista, a professora também comentou que: “temos a equipe do SOE com uma orientadora, uma psicóloga e uma pedagoga que acompanha de perto as crianças e suas famílias. Sempre que necessário, chamam os pais para uma conversa, dão orientações e sugestões. Escutam os pais nas suas expectativas e anseios. A equipe sempre chama a professora para dá um retorno dessas conversas e juntos procuramos encontrar caminhos que ajudem no desenvolvimento do aluno”.

Além disso, comentou que a escola tem uma parceria com o Conselho Tutelar quem faz essa ponte e toda a equipe da direção. Quando a família é chamada várias vezes à escola e não comparece a Instituição, através de um bilhete comunica à família que o Conselho Tutelar foi acionado. A maioria dos responsáveis depois desse bilhete logo aparece, mas outros, mesmo assim não comparecem. Daí o Conselho Tutelar chama à sede, faz visitas domiciliares e se necessário vai nos dando um retorno.

A professora 2, disse que sente falta do apoio da profissional da sala de recursos, que ambas poderiam trocar mais informações a respeito do seu aluno e suas necessidades.

Analisando a situação das professoras posso dizer que existe sim política de inclusão dentro da escola, a professora da sala de recursos está presente na escola e acompanha os alunos indicados para receberem auxílio, a professora por ser itinerante, ou seja, atuar em escolas diferentes dificultou de compartilharem sobre o desenvolvimento do aluno.

Conforme Noronha (2016, p.83),

Os princípios das atuais políticas para uma Educação Inclusiva, o professor do AEE assume uma postura ativa, procurando conhecer o educando e suas necessidades educacionais especiais. O desafio maior que ele enfrenta é romper com os processos antiquados e segregacionistas do paradigma da Educação Especial, priorizando as particularidades de cada educando, conhecendo seu contexto social, sua individualidade e suas expectativas.

A escola mantém o seu conceito de qualidade e acumula em listas de espera com mais de cem alunos, de acordo com o PPP 2018. As professoras com mais de quinze anos de casa e algumas já na espera de aposentadoria, ainda continuam investindo em cursos para atualizar e inovar o ensino das novas gerações envolvidas com a tecnologia.

Durante a entrevista com as professoras que tiveram a mesma opinião o governo tem deixado a desejar. As verbas não têm sido suficientes.

As melhorias, as reformas e as manutenções que têm acontecido aqui na escola por exemplo, tem sido fruto de parceria com as famílias, do esforço dos professores e da Direção através de festas, rifas, doações, bazares, etc. O governo pode e deve investir mais e melhor na Educação. (Professora 1)

A secretaria oferece curso de especialização através da Escola de Aperfeiçoamento Profissional de Educação (EAPE), mas devido à grande demanda os professores aguardam por muito tempo na fila à espera por uma vaga. Muitas vezes é preciso investir pagando do próprio

bolso, um curso de especialização. Com base no documento de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Para assegurar a intersetorialidade na implementação das políticas públicas a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (MEC/SECADI, 2008, p. 13)

A professora da Sala de Recursos, nos mostra através da sua experiência o trabalho com os alunos e o apoio recebido pelos profissionais da escola e os investimentos recebidos através da secretaria. O relato acontece dentro da própria sala, espaço pequeno e dificultoso devido à acústica e pouca ventilação. A professora deixa claro sua dedicação pelo trabalho e relata a complexidade que é desenvolver uma atividade diferente para cada aluno, pois mesmo as crianças com diagnósticos semelhantes apresentam diferenças no comportamento. Noronha (2016), explica que é nas Salas de Recursos Multifuncionais que o aluno receberá atendimento específico, onde o professor irá buscar formas diferentes para desenvolver habilidades que permitam maior autonomia do educando no processo de ensino-aprendizagem,

A SRM é estabelecida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva que seguindo os termos da Constituição Federal de 1988 (art. 208, inciso III) que define que o AEE, este deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de Ensino. (Noronha, 2016, p. 70).

A Regional de Ensino de Sobradinho, também está dentro das políticas públicas e trabalha orientando os profissionais da escola. Cada Regional de Ensino do Distrito Federal tem uma equipe de assessoria. Existe uma integração o tempo inteiro com as escolas, um favorecimento em todo o trabalho que é oferecido pela Secretaria da Educação. Então, todas as portarias, todas as diretrizes, todos os nossos documentos da Secretaria têm sempre o momento voltado para os alunos com as deficiências.

A Orientadora Educacional também explica da dificuldade quando esbarra na burocracia do sistema de políticas públicas. Pontuou que: “Não ter autonomia pedagógica e não poder encaminhar outras crianças que não tem um laudo médico, mas que tem uma necessidade específica de educação considerável. A mudança da criança para uma turma adequada, no caso específico da educação infantil, fala-se de crianças muito pequenas de quatro a seis anos. Essas

crianças são forçadas a ter um diagnóstico, ou seja, algo que vai rotulá-las para uma vida inteira para que elas tenham a possibilidade de estarem incluídas numa turma com um número menor de alunos. Isso tira a autonomia pedagógica dos profissionais da escola de deliberar sobre qual a melhor condição daquele aluno dentro das turmas da escola em detrimento do laudo médico. Então o que vai determinar não é uma concepção pedagógica dos profissionais dentro da escola é o laudo médico.”

Mais uma vez Noronha, (2016, p.98), nos esclarece que o “desafio é, portanto, discutir o como se engendram as políticas educacionais, para nelas incluir todos, indiscriminadamente, por direito de cidadania e porque a educação é um direito essencial na vida de cada um”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das respostas obtidas por meio de entrevistas foi possível depreender que o Centro de Educação Infantil de Sobradinho enfrenta diariamente grandes desafios. Um deles é auxiliar os alunos de classes comuns no respeito e interação com as crianças especiais e planejar as atividades para que todos tenham um aprendizado igualitário, monitorado pelo professor e respeitando o tempo de cada um. Outro desafio muito importante para auxiliar no processo de desenvolvimento das crianças seria a preparação da sala de aula comum para atender as crianças especiais, que vai desde a rampa para cadeirantes, portas largas para passagem de cadeira de rodas, tapetes em E.V.A para contação de história, materiais pedagógicos para desenvolvimento da atenção e coordenação motora, atividades impressas em papel A3 quando se tratar de deficiência visual, tesouras adaptadas com hastes unidas por um arco plástico, para treinar recorte com tesoura, apoio de pé para aqueles com baixa estatura, entre outros tipos de materiais pedagógicos. Um trabalho que exige de toda equipe escolar um olhar atento, a sensibilidade e o comprometimento que levará ao rendimento saudável e divertido dos alunos.

O que se espera é que na prática todos os alunos e não apenas aqueles com necessidades especiais tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, que compartilhem de maneira igualitária o espaço escolar.

Apesar do pouco espaço da Sala de Recursos Multifuncional, a instituição de Sobradinho, concentra seus esforços para que o trabalho da sala comum seja um espaço de vivência musical, contação de história, diálogo, jogos, brincadeiras, teatro e atividades como desenhar, colorir, recortar e colar.

A rotina da escola faz com que as crianças convivam umas com as outras trazendo grandes benefícios como a redução do medo das diferenças humanas, acompanhada por um maior conforto e consciência, ou seja, menos medo de pessoas com aparência ou comportamento diferentes.

O interesse pela pesquisa me levou a compreender que a educação inclusiva é um direito assegurado na Constituição Federal para todos os estudantes e a efetivação desse direito deve ser assegurada pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção

Enfim, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem cumprido lentamente com a oferta do atendimento educacional especializado, a formação dos professores, a participação da família e da comunidade e a articulação intersetorial das



políticas públicas, para a garantia do acesso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no ensino regular.

Sendo assim, acredito na escola que ofereça as condições adequadas para promover o bem-estar e o desenvolvimento da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, moral e social, mediante a ampliação de suas experiências e o estímulo ao interesse pelo conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade, num ambiente humanizado e prazeroso.

Em se tratando das experiências trazidas pelas entrevistadas e minhas observações, conclui que as políticas públicas funcionam parcialmente dentro da instituição. Ela prevê em lei, trazem suas aplicações, mas na prática não acompanha a realidade da escola. Disponibilizam recursos financeiros, mas não o suficiente para fazer melhorias dentro da escola como ampliação da sala de recursos, adequação dos banheiros para crianças especiais, refeitórios para que as crianças possam fazer suas refeições, rampas para cadeirantes além de cursos de capacitação que na maioria das vezes são muito disputados pelo pouco número de vagas ofertadas. A escola mantém um padrão de qualidade através do esforço planejado e pensado do gestor e equipe escolar que juntamente com familiares e comunidade colaboraram em eventos para arrecadar verbas e assim criar um fundo reserva.

O que tem prevalecido dentro do ambiente escolar é o amor e dedicação de todos os profissionais. O carinho dispensado às crianças, o respeito à diversidade, a criatividade na realização das atividades, o acolhimento às famílias. Atitudes que constroem o aprendizado das crianças.

O Centro de Educação Infantil é uma escola inclusiva que valoriza o lúdico, que através das brincadeiras estimula o movimento corporal, o equilíbrio emocional, o esforço, de fazê-los entender o quanto é importante lutar pelo que se quer, respeitar a opinião do próximo, de saber ouvir, de aceitar um não como resposta, de ajudar um amigo, de compartilhar, enfim, vivências construídas de passinho em passinho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCARIN, Clara. A gente não pode ajudar, com as próprias mãos, uma borboleta a sair do casulo. Disponível em: < <https://osegredo.com.br/gente-nao-pode-ajudar-com-as-proprias-maos-uma-borboleta-sair-do-casulo/>>. Acesso em 30/08/2019.

BONETI, L. W. Estado e exclusão social hoje. In: ZARTH, P. (Org.). Os caminhos da exclusão social. Ijuí: Unijuí, 1988.

BRAINLY. A representação do tempo histórico na linha do tempo? Disponível em: <<https://brainly.com.br/tarefa/13569498>>. Acesso em 28/08/2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.

Brasília: MEC, 2007. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASÍLIA. Secretaria de estado de Educação. Estratégia de Matrícula 2019, Portaria nº 354 1º de novembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BUARQUE, Cristovam. A revolução das prioridades. Instituto de Estudos Econômicos (INESC), 1993.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

D'ASCENZI, L. & LIMA, L. L. 2011. Avaliação da implementação da política nacional de educação profissional e tecnológica. Revista Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 41-51, jan.-jun.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação: origens de um diálogo. Cad. CEDES, Campinas, v. 18, n. 43, p. 8-25, dez. 1997.

LOPES, Claudia. Inclusão ou integração, eis a questão. Disponível em: <<https://claudialopes.psc.br/2017/07/12/461/>>. Acesso em 19/08/2019.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. Educ. rev., Curitiba, n. 44, p. 217-233, June 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602012000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15/08/2019.

Ministério da Educação. Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=11037&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11037&Itemid)>. Acesso em: 12 de novembro de 2019

OLIVEIRA, A; PIZZIO, A; FRANÇA, G. Políticas Públicas Educacionais e Contextualização numa perspectiva didática. Revista Sem Fronteiras. 2010, p. 93-99.

PECHI, Daniele. Sala de recursos: múltipla e acessível. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/tag/114/sala-de-recursos>>. Acesso em: 9 jan.2020.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Ressignificando a escola na proposta inclusiva, 2002. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_ressignificando-a-escola-na-proposta-inclusiva.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/art_ressignificando-a-escola-na-proposta-inclusiva.asp)>. Acesso em: 19/08/2019.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: \_\_\_\_\_ (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SENNA, Luiz Antonio Gomes. Formação docente e educação inclusiva. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 133, p. 195-219, jan./abr. 2008.

SILVA, P. L. B. & MELO, M. A. B. 2000. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Caderno NEPP/UNICAMP, Campinas, n. 48, p. 1-16. Disponível em: [http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula\\_22.pdf](http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf). Acesso em: 19/08/2019.

SPOZATI, Aldaíza (Coord.). Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1996.

VYGOTSKY, L. S. Théorie des émotions: étude historico-psychologique. Trad. de Nicolas Zavialoff e Christian Saunier. Paris: L'Harmattan, 1998.

XIBERRAS, Martine. Les theories de l'exclusion. Paris: Meridiens-Klincksieck, 1993.

NORONHA, Gilberto César de. Da forma à ação inclusiva: Curso de Formação de Professores para atuar em Salas de Recursos Multifuncionais. Jundiaí, Paco Editorial: 2016

LUMATTI, Ana Beatriz Teixeira. Diretrizes do MEC em relação à Educação Inclusiva. 2016. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalhoinfantil/colunistas/diretrizes-do-mec-em-relacao-a-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 8 jan.2020.

## APÊNDICE

### **Entrevistas com as professoras do Centro de Educação Infantil**

**Vida Acadêmica** - Entrevista realizada em 25/10/2019, no Centro de Educação Infantil, a professora fez questão de salientar que morou em Minas Gerais e desde pequena demonstrou o interesse em ser professora e que faz parte de uma família que também tem professoras. Em 1988 se formou no magistério e no ano seguinte já ingressou em sala de aula e começou o curso de pedagogia, e depois de formada veio para Brasília e firmou residência conseguindo contrato em escolas particulares. A professora que também trabalhou de contrato temporário na Secretaria de Educação tinha como objetivo ser efetiva na Secretaria de Educação através de concurso público. Em 1997, a professora foi chamada e efetivada na Secretaria de Educação do Distrito Federal, ela conta que suas primeiras experiências em sala de aula foram com turmas de 3ª e 4ª séries, teve oportunidade de ministrar aula para a EJA e trabalhou em direção de escola. Em 2000 solicitou remanejamento para uma escola próxima a sua residência, o Centro de Educação Infantil, assumindo turmas de crianças na faixa etária de 4, 5 e 6 anos de idade. A professora diz que não tinha experiência com crianças menores, mas com o passar dos anos foi pegando gosto pela Educação Infantil. O mundo lúdico, de fantasia a fascinou. Hoje com quase 20 anos trabalhando com a Educação Infantil está muito satisfeita e inclusive já teve muitos convites para trabalhar em outras escolas. A professora relata que na Educação Infantil existe um respeito e carinho maior com o professor e que pretende se aposentar nessa mesma escola. A professora demonstra orgulho da área que trabalha e fala do funcionamento diário com a equipe da escola e comenta que o planejamento das atividades é semanal e coletivos e que o trabalho é mútuo, todos se ajudando, todas pensando juntas, envolvendo o trabalho de pesquisa e que a escola tem recebido o reconhecimento dos pais das crianças e da comunidade.

**Pergunta 1** – Na sala de aula onde tem criança especial as outras crianças percebem?

**Resposta:** Na sala temos dezenove alunos, incluídas duas com necessidades especiais, TGD e Pé Torto Congênito Idiopático. Os alunos não só percebem, mas, também comentam por exemplo, o fato de não falar direito, não saber pedir por favor, tomar o brinquedo do colega e sair correndo.

**Pergunta 2** – Como a professora conduz esse diálogo com o resto da turma?

**Resposta:** Através de diálogo sincero e sutil, falo que o/a colega apresenta esse ou aquele comportamento que algumas vezes incomoda, que não cumpre com os combinados estabelecidos, porque ele/a ainda não aprendeu, que são pequenos, mas que vão aprender, que temos que ter paciência, cuidado e respeitar. A partir dessa conversa passam a cuidar com mais paciência e carinho dos colegas.

**Pergunta 3** – De acordo com a limitação da criança quais as estratégias que a professora utiliza para que aconteça de fato a inclusão?

**Resposta:** Procuo inseri-lo com todos na sala. Faço mapeamento semanal, com trocas de lugares para sentar-se, com o objetivo de proporcionar essa vivência com os demais. Se for uma criança portadora de uma deficiência física que não a limita de brincar, de participar de todas as atividades. Procuo tratar essa criança se distinção, incentivando-a participar, a ter autonomia e independência na rotina da escola. Procuo dar atendimento individual, se necessário, sentome diariamente ao lado da criança auxiliando-a diariamente nas atividades. Procuo respeitar o ritmo de cada um, não exigindo mais do que ele/a não possa oferecer.

**Pergunta 4** – Você enquanto professora tem apoio, suporte da Sala de Recursos e da equipe do SOE. Como acontece essa parceria?

**Resposta:** O governo de uns três ou quatro anos para cá, colocou a função do Monitor Social, são pessoas da comunidade que através de um questionário e entrevista e que tenham interesse em trabalhar na escola auxiliando o professor com as crianças portadoras de alguma deficiência e precisam de auxílio. Aqui na escola temos a SRM onde a professora trabalha como essas crianças 2 vezes na semana, as tiram da sala e faz um trabalho de acordo com a necessidade de cada uma, seja atividades psicomotoras, com jogos e brincadeiras.

Temos a equipe do SOE com uma orientadora, uma psicóloga e uma pedagoga que acompanha de perto as crianças e suas famílias. Sempre que necessário, chamam os pais para uma conversa, dão orientações e sugestões. Escutam os pais nas suas expectativas e anseios. A equipe sempre chama a professora para dá um retorno dessas conversas e juntos procuramos encontrar caminhos que ajudem no desenvolvimento do aluno.

Temos uma parceria com o Conselho Tutelar quem faz essa ponte e toda a equipe da direção. Quando a família é chamada várias vezes à escola e não comparece a Instituição, através de um bilhete comunica à família que o Conselho Tutelar foi acionado. A maioria dos responsáveis

depois desse bilhete logo aparecem, mas outros, mesmo assim não comparecem. Daí o Conselho Tutelar chama à sede, faz visitas domiciliares e se necessário vai nos dando um retorno.

**Pergunta 5** – Os órgãos competentes têm atendido as reais necessidades das escolas para atender as crianças com necessidades especiais? Informar quais os recursos disponíveis?

**Resposta:** Tem sim. Os órgãos competentes como SUS, dentro da Secretaria, tem projetos de eco terapia, de estimulação, médicos, dentistas, fonoaudiólogos, psicólogos que atendem as crianças com deficiência e dão suporte às famílias.

**Pergunta 6** – Quais tem sido os investimentos não só os físicos, mas a formação de professores? Como tem sido os incentivos para os professores?

**Resposta:** A Secretaria de Educação tem os polos de formação de professor, uma parceria com a EAPE, proporciona palestras, ministra cursos de pequenas e longas durações, de acordo com o interesse e necessidade do professor, até porque temos a obrigatoriedade de a cada 5 anos apresentar determinadas horas de cursos nas Regionais de Ensino.

**Pergunta 7** – Como os alunos da inclusão dever ser avaliados?

**Resposta:** No caso da Educação Infantil, a avaliação se dá através de um relatório semestral feito pelo professor regente. As observações são diárias, processuais e contínuas. Ao longo do semestre a professora vai observando e deve ir fazendo anotações para facilitar esse registro oficial.

**Pergunta 8** – Para você a Escola Inclusiva se materializa num espaço democrático de respeito à diversidade? Por quê?

**Resposta:** Tenho observado e acredito que tem sim realizado um trabalho de parceria, de respeito às diversidades. Aqui na escola proporciona-se palestras, vídeos abertos a reflexões e escutas sensíveis aos familiares.

**Pergunta 9** – Na sua realidade os recursos enviados pelo governo são suficientes para os materiais envolvidos nas ações voltadas para as propostas?

**Resposta:** O governo tem deixado a desejar nesse sentido. As verbas não têm sido suficientes. As melhorias, as reformas e as manutenções que têm acontecido aqui na escola por exemplo, tem sido fruto de parceria com as famílias, do esforço dos professores e da Direção através de festas, rifas, doações, bazares, etc. O governo pode e deve investir mais e melhor na Educação.

**Vida Acadêmica** - Entrevista realizada em 22/10/2019, com a professora de Educação Infantil no Centro de Educação Infantil. Há vinte e quatro anos na educação, passou dois anos como coordenadora e doze anos na Educação Infantil. Já trabalhou com 1ª, 2ª, 3ª 4ª séries, que na época passou pela transição de série para ano. Trabalhou com supletivo de Jovens e Adultos e ingressou na Educação Infantil. Começou com turma de seis anos que passou para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil no Jardim de quatro e cinco anos. Trabalhou um período com quatro anos e depois com cinco anos onde se apaixonou trabalhar com essa faixa etária e até hoje permanece nela. É o segundo ano que trabalha no CEI, pois veio de outro Jardim de Infância, onde trabalhou dez anos. Deu aula num CAIC durante alguns anos, e também no CAIC de outra região administrativa no período de um ano. Antes de ingressar no CEI, trabalhou um semestre no Jardim de Infância II.

**Pergunta 1** – A turma é composta por quantos alunos?

**Resposta:** Já tem um tempo que trabalho com turma reduzida com crianças especiais, síndrome de down, deficiente físico, cadeirante, ou seja, muitas crianças que tiveram limitações, mas que como alunos na escola desenvolviam tão bem quanto as crianças que não tinham nenhum comprometimento físico nem neurológico. A turma tem dezesseis alunos e um com TEA, não tem diagnóstico definido por causa da idade, mas faz acompanhamento fora da escola e atendido pela equipe da escola.

**Pergunta 2** – Na sala de aula comum onde está incluída a criança com necessidades especiais, as outras crianças percebem?

**Resposta:** Eles não têm a visão do adulto, para eles todo mundo é igual. Eles veem que a criança tem uma dificuldade e ajudam, veem que o colega está aprendendo algumas coisas e tentam ajudar, as crianças veem sempre pelo lado da ajuda e acolhem de coração aberto, só quem vê as diferenças dos detalhes são os adultos.

**Pergunta 3** – Como a professora conduz o diálogo com toda a turma em relação a deficiência da criança?

**Resposta:** Quando a criança tem um comprometimento maior, à exemplo de um aluno no ano anterior, que apresentava deficiência física e outros aspectos neurológicos, tinha dificuldade de aprendizagem, a idade não condizia com o que ele fazia, então era percebido pelas crianças que ele tinha mais dificuldade e a tentativa dos colegas da turma era sempre de ajudar. A ajuda das crianças era sempre nas coisas básicas como na alimentação, na hora de brincar, organização,



ou seja, para quem tem maior comprometimento leva mais tempo para eles aprenderem, se adaptarem a rotina.

**Pergunta 4** – De acordo com a limitação da criança quais as estratégias que a professora utiliza para que aconteça de fato a inclusão?

**Resposta:** Esse ano temos uma criança excepcional, calmo, interage com os outros colegas. Ele tem muita facilidade e memoriza muitas coisas facilmente e conhece o alfabeto, os números, ele conta, faz relação de quantidade e numeral além da idade e desenha muito bem. Eu aproveito o que ele sabe para ajudar as outras crianças que ainda estão aprendendo a chegar até onde ele está.

**Pergunta 5** – Você como professora tem apoio da Sala de Recursos e da equipe do SOE?

**Resposta:** Da equipe do SOE esse ano senti um pouco mais distante, mas o ano passado estavam mais presentes em relação a outro aluno também com necessidades especiais. Esse ano como está mais tranquilo então senti a equipe um pouco distante. Tanto que era para ter realizado o estudo de caso do atual aluno e foi realizado somente com a professora da Sala de Recursos.

**Pergunta 6** – Como a professora da Sala de Recursos Multifuncional e da Sala Comum trabalham o curriculum da criança como necessidades especiais?

**Resposta:** Ela trabalha do jeito dela e eu em sala trabalho do meu jeito, não nos sentamos juntas por que a professora da SRM está na escola somente no período de regência, quando estou em sala. Se ela tivesse em dois turnos, poderíamos trocar informações no turno vespertino, planejar para adaptar para a criança que tem uma necessidade maior, diferente dos outros. Não tivemos esse vínculo por conta do horário que a professora da SRM não tem disponibilidade no turno vespertino na mesma escola. Se ela tivesse com certeza teria sido até melhor.

**Pergunta 7** – Como é feita a avaliação da criança com necessidades especiais?

**Resposta:** A professora da SRM me chama para realizarmos juntas a estratégia de matrículas, ela coloca os pontos de vistas encima do que ela trabalhou com a criança e eu concordo ou não e acrescento algumas coisas conforme a realidade do aluno na sala quando está fazendo as atividades. Juntamos tudo e fazemos um único relatório.

**Pergunta 8** – Os órgãos do governo têm atendido as necessidades das escolas para atender essas crianças?

**Resposta:** Na minha opinião dentro da escola o SOE e a SRM é o suporte que temos. Fora da escola a família geralmente tem um outro apoio porque muitas vezes procura outros recursos como atendimento psicológico, natação, como é o caso do nosso aluno. A grade horária semanal dele é bem preenchida, ele tem muitas atividades. A família dele se preocupa e dedica isso por ele. Quando a família ajuda, a criança é a maior beneficiada. Que não foi o caso do aluno do ano anterior quando a família não acatou as sugestões de atividades passadas pela professora e o aluno deixava de ter um desenvolvimento melhor. Uma hora era dificuldade de transporte, muitas das vezes não tinha dinheiro para comprar um lanche. Quando a família é ativa e se preocupa e tem condições financeiras de ajudar a criança é sempre muito estimulada que é melhor para o desenvolvimento dela. É importante ressaltar que a família que não tem condições nós professores sugerimos algumas instituições que recebem crianças carentes para realizar esse tipo de trabalho, mas geralmente são distantes da casa onde a criança mora, se a mãe não tem condições de pegar um transporte o governo não oferece transporte para as famílias encaminharem suas crianças. Existe a parceria com a Secretaria de Educação, programa de equoterapia, e outros apoios que encaminhados pela escola e muitas vezes não alcançados pelas famílias.

**Pergunta 9** – A estrutura da escola atende as necessidades das crianças?

**Resposta:** Aqui no Jardim precisaríamos de um banheiro apropriado para as necessidades especiais, com chuveiro, com ducha, com vaso sanitário apropriado. De acessibilidade aqui para cadeirante temos a rampa embora seja muito íngreme. Essa acessibilidade é relativa, agora nas salas temos espaço, no jardim tem uma grande área verde, a piscina que ajuda a criança desenvolver melhor a coordenação motora, são pequenos detalhes e ajustes que com o tempo pode se adequar.

**Pergunta 10** – Quais os incentivos para formação de professores?

**Resposta:** Nós temos a EAP que oferece vários cursos ao longo do ano, no início e no meio do ano, que é voluntário. Para atuar na Classe Especial tem que ter um curso específico, uma formação específica que já passa a ser obrigatório.

**Pergunta 11** – A inclusão funciona?

**Resposta:** Aqui na nossa escola funciona, em todas as atividades a criança está inserida a gente não exclui. Penso, como vou fazer essa atividade incluindo a criança, se baseia primeiro nele para ver como os outros alunos vão deslançar. A inclusão não é fácil porque até conhecermos,

nos familiarizarmos com a criança passamos por muitas dificuldades, a criança tem que estar bem conectada conosco para conseguir trabalhar junto dela, porque a distância entre o aluno e o professor dificulta a aprendizagem de qualquer aluno inserido dentro de sala. Professor dever estar sempre se aperfeiçoando, tem a questão da tecnologia que ajuda no nosso trabalho e as atualizações dos conhecimentos científicos.

### **Professora da Sala de Recursos Multifuncional do Centro de Educação Infantil**

**Vida acadêmica** - Entrevista em 23/10/2019, com a professora da Sala de Recursos Multifuncional no Centro de Educação Infantil. Formada em Letras, em 2010 fez Pedagogia, depois de formada fez Orientação Educacional e dava aula como professora temporária, em 2010 passou no Concurso da Secretaria de Educação como professora de atividades, deu aula em várias séries iniciais, trabalhou com o 1º e 2º ano, na Educação Infantil e 5º ano. Ao trabalhar numa escola que tinha Sala de Recursos se interessou pelo trabalho diferente da professora com os alunos. Muito interessada nas atividades desenvolvidas na Sala de Recursos e já pensando em ingressar nas atividades de Educação Especial, foi atrás dos cursos que a Secretaria de Educação exige dos profissionais do AEE, na área de especial. Realizou o curso de TGD e DI na alfabetização. Participou da entrevista em 2014 e passou a trabalhar na Sala Especial com crianças com DMu, e TGD. A professora também realizou uma Pós-graduação de Educação Especial e Inclusiva. É o 1º ano no Centro de Educação Infantil na Sala de Recursos, ela atende alunos autistas, deficiente intelectual, síndrome de down, deficiente físico.

**Pergunta 1** – Como é trabalhar na Sala de Recursos dessa escola?

**Resposta:** A facilidade de trabalhar nessa escola é muito grande porque dentro da sala se tem todo o material, a escola dá esse suporte, tem impressora para imprimir, jogos, atividades diferenciadas e dirigidas para especificidades de cada aluno. A Sala de Recursos é muito complexa para se trabalhar porque o que se planeja para um aluno não consegue fazer com o outro, à exemplo do autista que não é igual ao outro, então tem que adaptar a atividade de um conteúdo para cada aluno o que é mais difícil e cansativo, cada aluno permanece na sala de Recursos por 50 minutos e precisa dele toda a atenção para trabalhar a concentração, a respiração para que ele desenvolva a atividade que em sala de aula ele não consegue. A Sala de Recursos fornece para o aluno esse diferencial nas atividades e no desenvolvimento deles, através do lúdico, do material concreto, com figuras.

**Pergunta 2** – Como se trabalha as atividades desenvolvidas na Sala de Recursos dentro da Sala Comum?

**Resposta:** Muitos teóricos falam que a Sala de Recursos nunca é inclusiva porque o aluno vem sozinho e ele não está se socializando aqui, mas eu acho que se o aluno está se comunicando e tem um contato mais próximo com o professor isso é socialização. Porque não adianta o aluno ficar numa sala de aula cheia de colegas e não ter atenção que necessita. Quando se trabalha as necessidades do aluno na sala de Recursos e retorna para sala de aula comum ele tem outro comportamento.

**Pergunta 3** – Como é o trabalho da professora da Sala de Recursos junto com a professora da Sala de Aula?

**Resposta:** Essa interação tem que ser feita, eu pego toda semana o planejamento e vejo o que está sendo trabalhado e quando se tem uma comunicação maior com a professora é mais fácil. A interação com professor é feita mais verbalmente para adequação do repasse das necessidades dos alunos.

**Pergunta 4** – Qual a função da Sala de Recursos?

**Resposta:** A Sala de Recursos não é Sala de Reforço. Na Sala de Recursos trabalha atividades para suprir as necessidades do aluno, à exemplo quando as duas professoras trabalham “Os cinco sentidos”, mas na SR o material será adequado para atendimento de cada aluno. Trabalho as habilidades do aluno dando suporte para o professor.

**Pergunta 5** – A estrutura da Sala de Recursos atende as necessidades do professor e do aluno?

**Resposta:** É uma sala muito pequena, não tem janela, não tem ventilação. O maior problema é o tamanho da sala, sinto falta também de materiais que o governo concede, mas de acordo com o tamanho da sala, que são computadores que já vem com jogos, porque o uso do mouse ajuda na coordenação do dedo de apertar, ter noção do direito e esquerdo. Sinto falta porque trago da minha casa, caixa de som, computador. O tamanho da sala a falta de ventilação atrapalha, o barulho também porque fica no corredor e os alunos correm fazendo muito barulho e os alunos na Sala de Recursos precisam de concentração, de silêncio. Agora de material, tem bastante jogos, quebre cabeça, blocos, lógicos, matemática.

**Pergunta 6** – Quem investe na formação do professor da Sala de Recursos?

**Resposta:** O próprio professor. Na Eape tem alguns cursos gratuitos que o professor pode se inscrever e fazer e fica no Plano Piloto. O investimento da Secretária é muito pouco porque são poucos os cursos que têm nas Regionais, se o professor quiser estudar terá que investi, ou seja, tirar do bolso. São poucos cursos que a Secretaria fornece.

**Pergunta 7** – A escola consegue fazer esse trabalho de inclusão?

**Resposta:** Depende. Acho que tem professor que ainda não está preparado para ver as diferenças das crianças. Penso que essa inclusão só é feita quando o profissional tem uma visão diferente daquela criança, que ele é capaz, que ele aprende, mas não igual aos outros alunos e o professor é muito ansioso porque ele quer ver o resultado pois uma criança especial apresenta mais lentidão no aprendizado. A meu ver a inclusão não é só o aluno ficar no parquinho, brincar ou correr, a inclusão é quando o aluno sai daqui com o mesmo conhecimento dos outros alunos, por mais que seja difícil o acompanhamento dele. A inclusão é quando o professor se esforça e faz com que aquele aluno também tenha acesso ao mesmo conteúdo que o outro aluno está tendo. A inclusão é não ter preconceito, não ter bullying é estimular a criança a brincar, correr com as outros colegas, aprender, ter as mesmas oportunidades para adquirir conhecimentos e ter adequação nas atividades realizadas em sala de aula.

**Pergunta 8** – Como você vê o resultado da inclusão?

**Resposta:** Tenho uma reciprocidade muito grande dos pais dos alunos. O pai do aluno especial também é especial, ele também sente, tem medos, ele também tem a sensação de que o filho não vai conseguir e quando ele percebe que o filho está avançando é muito gratificante. Quando a escola faz adaptações para o aluno como rampa, banheiro apropriado, faz com que o aluno faça parte da escola sem passar por constrangimento.

### **Coordenadora Intermediária dos Orientadores Educacionais da Coordenação Regional**

**Vida Acadêmica** - Entrevista realizada em 18/10/2019, com a funcionária da Coordenação Regional, lotada na Unidade Básica de Ensino no cargo de Coordenadora Intermediária dos Orientadores Educacionais compondo uma equipe do Especial juntamente com a Coordenadora Intermediária dos Professores da Sala de Recursos e da Sala Especial e com o Coordenador Intermediário dos Psicólogos e Pedagogos. Professora formada na Escola Normal e mais tarde cursou Pedagogia com especialização em Orientação Educacional. À 10 anos na Secretaria de Educação e 33 anos de profissão, trabalhou em empresas privadas como Orientadora Educacional e como Coordenadora.

**Pergunta 1** – De acordo com a proposta da Secretaria da Educação, todas as escolas de dessa região específica são inclusivas?

**Resposta:** De acordo com a proposta da Secretaria da Educação todas as escolas dessa Região Administrativa são inclusivas.

**Pergunta 2** – Qual a quantidade de escolas inclusivas dessa região?

**Resposta:** São 49 escolas inclusivas da Educação Infantil ao Ensino Médio sem contar com as escolas creches que são financiadas pela própria Secretaria para permanência das crianças matriculadas.

**Pergunta 3** – É uma determinação do governo ter um número de escolas inclusivas por região para atendimento de crianças com deficiência?

**Resposta:** Não. É o número de escolas que temos nessa região. Como a Secretaria é inclusiva, todos nós de Brasília e do Distrito Federal temos que receber os alunos com deficiência e temos que estar preparados para receber esses alunos. Não existe uma política para isso, a política já foi feita há muito tempo, então hoje temos o trabalho de inclusão e novas políticas, novas portarias que só favorecem todo esse desenvolvimento do aluno na Secretaria de Educação.

**Pergunta 4** – As escolas recebem algum tipo de recursos do governo quando se tornam inclusivas?

**Resposta:** O que a escola recebeu nesse período de preparo através da Secretaria foram trabalhos oferecidos aos alunos, como por exemplo, Sala de Recursos que é uma atividade que se tem para esses alunos, e o Educador Social Voluntário, também é uma ajuda da Secretaria para os professores para que o aluno esteja presente em sala. Não tem carteira à mais. As escolas tiveram que fazer reformas para receber os alunos que são cadeirantes, professores em sala de aula que tem braile, dependendo da deficiência do aluno aquela escola é preparada, como por exemplo, para o aluno surdo, temos um polo da escola classe nas séries iniciais, temos um polo no Cefis e outro polo no Ginásio no ensino médio para que esses alunos possam estudar nesses lugares, quem é cego também tem um polo, ou seja, cada lugar tem um polo para atender, mas concentra os alunos com essas deficiências porque tem professor que precisa saber braile, então foi isso que foi se oferecendo aos nossos alunos.

**Pergunta 5** – E para crianças que moram longe das escolas?

**Resposta:** O governo deve oferecer e o responsável tem que levar, não tem como o governo oferecer próximo à moradia do aluno, à exemplo do polo que existe na escola classe, uma escola onde se concentra os alunos que tem a deficiência na audição. O aluno pode morar distante, mas terá que se dirigir ao polo que lhe for oferecido. O governo tem um facilitador que são os ônibus para essas crianças que tem deficiência, então é assim que o governo vai organizando. É um ônibus especial para essas crianças, para levá-las até a escola.

**Pergunta 6** – Como é o apoio da Secretaria às escolas?

**Resposta:** Um dos trabalhos oferecidos às escolas pela Secretaria de Educação aos alunos é realizado através de uma equipe com Orientador, Psicólogo Pedagogo e Professores da Sala de Recursos, para assessorar nas escolas mediante as questões da deficiência. Como por exemplo da Coordenadora da Sala de Recursos onde os professores se dirigem a ela quando sentem alguma dificuldade. Cada Regional de Ensino do Distrito Federal tem uma equipe de assessoria.

Existe uma integração o tempo inteiro com as escolas, um favorecimento em todo o trabalho que é oferecido pela Secretaria da Educação. Então, todas as portarias, todas as diretrizes, todos os nossos documentos da Secretaria têm sempre o momento voltado para os alunos com as deficiências. A exemplo do Currículo em Movimento que tem uma parte diversificada falando sobre os alunos deficientes. A Lei de Diretrizes e Bases tem uma parte falando sobre aluno especiais. Todo o documento da Secretaria tem uma parte que fala sobre a inclusão.

**Pergunta 7** – Os recursos oferecidos pelo Governo atendem às demandas das escolas inclusivas?

**Resposta:** Os recursos não alcançam o satisfatório e não é somente para quem está na inclusão é sim de uma forma geral, nós precisamos de mais recursos. A escolas recebem várias verbas do governo e ela mediante as necessidades é que vai saber onde será aplicada.

**Pergunta 8** – Como se cria uma Sala de Recursos dentro da escola?

**Resposta:** As Salas de Recursos são espaços criados mediante solicitação da escola à Regional de Ensino. A Unieb, parte pedagógica, e a Unigepe, que gerencia pessoas, se unem para saber se é favorável que se abra uma Sala de Recursos naquela escola. A Sala de Recursos não atende só os alunos da escola pode atender também, alunos da comunidade, alunos de outras escolas, então damos o aval para que essa sala possa ser aberta, como tem salas que já foram fechadas porque não tinham quantidade de alunos suficientes para serem atendidos. É preciso ter uma quantidade suficiente de professores, pois esses são preparados exclusivamente para dá aula na

Sala de Recursos. Então tem que ter um número X de alunos para poder ficar na escola fixo, pois tem professores da Sala de Recursos itinerantes, que vai para um lugar, ou outro.

**Pergunta 9** – Como se avalia o resultado da inclusão nas escolas dessa região?

**Resposta:** A partir da Perspectiva da inclusão a avaliação é positiva, pois se tínhamos alunos que estavam fora das escolas ou estavam no Centro e agora estão inseridos é sim positivo, mas acredito que estamos nos adequando para oferecer o melhor para esses alunos. Mas, como se mede, que se vê o progresso de cada um? Na verdade, não se avalia o aluno com deficiência com os outros e sim com ele mesmo. Então, se a criança não fazia um “a” e no dia seguinte ele já consegue para nós é muita coisa. Por exemplo, o aluno que está em classe especial, está ali para aprender coisas muito básicas, como ir ao banheiro, se alimentar sozinho, e quando ele já consegue realizar isso sozinho é um grande progresso. Outra situação é quando não vemos o resultado de nossos alunos da forma que se espera, como é o caso de aluno que fica na Classe Especial durante 3 anos, e nesse período esse aluno não teve nenhum progresso, então se estuda o caso dele que se chama casos omissos para ver qual a melhor decisão que se pode tomar, ou ele volta para o Centro ou depende da idade que ele tenha da terminalidade, ou seja, cessou a vida na escola porque não tem mais o que fazer com o aluno. Mediante isso os nossos progressos são vistos dessa forma, quem o aluno era e quem ele passa a ser. O nosso foco é em cada aluno da mesma forma que é com o aluno que não tem deficiência. A proposta da Secretaria é assim, quem eu sou e aonde eu cheguei.

### **Orientadora Educacional do Centro de Educação Infantil**

**Vida Acadêmica:** Entrevista em 31/10/2019, profissional da Escola de Educação Infantil, Orientadora Educacional, formada na Universidade Federal de Minas Gerais em 1986, sua trajetória foi de trabalhos sociais. A Orientadora nos conta que iniciou sua vida profissional trabalhando na Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária, onde trabalhava na área de educação, mas na área de formação de agentes comunitários no Brasil. Muitas viagens, várias formações para os agentes comunitários com viés das políticas públicas vigentes na época. Permaneceu na Secretaria no período de 1986 a 1990. Entre 1990 a 1996, trabalhou na LBA, hoje extinta, que cuidava dos projetos sociais, também, na área de educação, mas na supervisão das ações sociais que eram executados em alguns estados. Se dedicou às creches e às pré-escolas que eram da competência da área de assistência social. Até a década de noventa essas funções estavam no período de transição ficando a responsabilidade da área de assistência social. O trabalho era realizado com pessoas com formação da área de educação tentando levar para área



de assistência um pouco mais do caráter educativo. Ficou honrada em participar da transição da pré-escola e das creches para a educação por meio de muitas reuniões técnicas com o Ministério. Enfatizou que valoriza muito que as creches e as pré-escolas realmente sejam acatadas pela área de educação. De 1996 até 2007, trabalhou no Conselho Nacional de assistência social na área de política pública da filantropia com viés da educação, onde analisava processos das entidades educacionais desde da pré-escola até as universidades que tinham algum trabalho gratuito para a população carente, e mediante essa análise nesse Conselho era concedido o certificado de filantropia. Em 2007 realizou o concurso da Secretaria da Educação porque gosta muito de escola e queria adquirir mais experiências. Concursada, trabalhou no Paranoá como Orientadora Educacional em uma época que o Governo colocava os orientadores educacionais para atuar como uma equipe itinerante, onde trabalhou em várias escolas com várias modalidades de educação, mas o seu foco era educação infantil. Em 2009 fez o concurso de remoção e foi trabalhar no Centro de Educação Infantil onde permaneci até os dias atuais.

**Pergunta 1-** Como Orientadora Educacional atual na escola?

**Resposta:** Temos uma equipe itinerante, com uma psicóloga e uma pedagoga que se associam à escola frequentando duas vezes por semana. Atuamos com demandas mais coletivas por conta do quantitativa de alunos da escola. Temos menos de duzentos e cinquenta alunos, por isso, a escola não tem uma equipe fixa o que é bem complicado para o trabalho. Uma lógica inversa à necessidade da escola porque é uma instituição complexa por ser inclusiva. Tem-se uma demanda muito específica de inclusão, atualmente há quinze crianças com necessidades especiais dentro da escola e quanto mais alunos tiver, mais profissionais e recursos se recebe sem pontuar o viés da inclusão. Quando se trabalha com inclusão as turmas são reduzidas, ou seja, tem menos alunos, então acaba que as escolas hoje são penalizadas por serem inclusivas porque perdem profissionais, pois a lógica do Governo é quanto mais alunos, mais profissionais e mais recursos. Mas quando se fala de inclusão a escola se torna mais complexa por ser inclusiva e esse viés da complexidade da inclusão não é valorizado pelo governo. Esse é um ponto muito negativo e contrário a política que favorece a inclusão. Ele vai numa lógica contrária à valorização da inclusão e das necessidades profissionais que essa escola tem de apoio por ser inclusiva. Por exemplo, se essa escola não fosse inclusiva teríamos quatrocentos alunos. Uma escola com quatrocentos alunos tem direito à mais merendeiros, profissionais da área educacional como pedagoga, psicólogos fixos na escola e mais verbas. Então, hoje com a inclusão de alunos com necessidades especiais, ao invés de quatrocentos alunos, temos duzentos e quarenta e cinco alunos, mas com uma necessidade enorme de apoio especializado por conta

das especificidades desse aluno. Há corte de profissional como merendeira, supervisores, cargos comissionados da Direção. Na minha concepção de inclusão uma escola sendo inclusiva por si só já bastaria para assegurar uma série de direitos que hoje ele não assegura, porque não se valoriza o quantitativo, e as necessidades específicas dessa nossa escola que é de educação infantil que também não tem o foco muito específico do governo por ser uma unidade de educação infantil porque eles tem uma concepção que deve ter profissionais.

**Pergunta 2:** De que maneira as crianças são selecionadas?

**Resposta:** Outra questão importante para se refletir sobre inclusão é que a Secretaria de Educação hoje para se trabalhar em relação à estratégia de matrícula, ou seja, para se fazer adequação da necessidade da criança em uma turma reduzida seja ela classe especial ou uma turma comum inclusiva que tem vinte ou vinte e dois alunos ou uma turma de integração inversa que tem quinze alunos, para se alocar essas crianças nessa turma precisa que haja um laudo médico indicando um CID, para enquadrarmos essa criança nessas turmas. O que acontece hoje é que temos outras crianças que não tem um laudo médico, mas que tem uma necessidade específica de educação considerável e não temos autonomia pedagógica para fazermos esse manejo da criança para uma turma que julgamos adequada se ela não tiver esse laudo médico. No caso específico da educação infantil falamos de crianças muito pequenas de quatro à seis anos. Essas crianças são forçadas a ter um diagnóstico, ou seja, algo que vai rotulá-las para uma vida inteira para que elas tenham a possibilidade de estarem incluídas numa turma com um número menor de alunos. Penso que isso tira a autonomia pedagógica dos profissionais da escola de deliberar sobre qual a melhor condição daquele aluno dentro das turmas da escola em detrimento do laudo médico. Então o que vai determinar não é uma concepção pedagógica dos profissionais dentro da escola é o laudo médico. Isso é uma lógica de falta também de autonomia pedagógica dos profissionais da escola para fazer esse trabalho a não ser que haja um laudo médico.

**Pergunta 3:** O trabalho realizado na escola é individual ou em equipe?

**Resposta:** Trabalhamos em equipe, uma pedagoga e uma psicóloga, elas não têm lotação definitiva na escola, mas que comparecem duas vezes por semana. É um momento que é realizado o estudo de caso porque trabalha muito com a inclusão juntas, sobre necessidade de atendimento dessas crianças, também coordenamos principalmente na casa das crianças com necessidades especiais os atendimentos que elas têm fora da escola tentando trazer esses profissionais para dentro da escola para conversamos sobre os atendimentos, sobre a posição

da escola em relação à essas crianças. Com a equipe temos um foco mais institucional de organizar momentos de formação e de roda de conversa tanto com as famílias quanto com os professores como entre nós, elaboração dos relatórios psicopedagógicos das crianças com necessidades especiais, estudo de casos. Todas essas crianças que estão aqui, uma por uma são observadas e conversa com o professor onde são atendidas para elaborar o relatório e definir qual a melhor forma de enquadrá-las no ano subseqüente em relação à organização da turma e também, pode acontecer outros casos de alguma criança ter uma demanda tá numa turma e que ela é de demanda de outra turma. Temos também, a sala de recursos que atende alunos com necessidade especial que faz a adequação curricular desses alunos. É um trabalho muito complexo, muito amplo, muito dinâmico.

**Pergunta 4:** Qual o apoio recebido para realizar o trabalho?

**Resposta:** No nosso documento que é Orientação Pedagógica faz uma série de recomendação sobre o apoio que o orientador educacional deve ter na escola. Começamos nessa escola com um espaço bem inadequado, ainda não é o ideal. A parte de material temos o apoio da escola, um pequeno apoio. O que preciso, passo para a Direção e recebo. Mas tem muita coisa que eu invisto do próprio bolso. Tenho o apoio da Direção, eles confiam muito no meu trabalho.